

PAISAGENS CULTURAIS

HERANÇAS E DESAFIOS NO TERRITÓRIO



Livro de Resumos



ÍNDICE

Apresentação	5
Comissão organizadora	6
Comissão Científica	6
Comissão de Honra	6
SESSÕES PLENÁRIAS	7
CONFERÊNCIA DE ABERTURA	7
SESSÃO PLENÁRIA	7
SESSÕES PARALELAS.....	8
TEMA 1. PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL	8
Das pedras mortas às práticas vivas: a relevância do património imaterial.....	8
Entre o litoral, o barrocal e a serra do Algarve: o Cerro de São Miguel, da Antiguidade à Contemporaneidade	9
As Vilas Portuárias do Tejo enquanto Paisagens Culturais: agência, contingência e (im)permanências. Um estudo de caso - a vila de Constância, entre a terra e o mar	10
O património agroindustrial do Mosteiro de Alcobaça, um ativo cultural para a região11	
O Caminho Português Interior de Santiago (CPIS) e as suas variantes: um exemplo de uma paisagem cultural sagrada	12
TEMA 2. RELAÇÕES SOCIAIS E COMUNIDADES	13
Conflitos no Nordeste do Brasil: o património como forma de resistência das comunidades rurais.....	13
As mudanças nos usos das florestas comunitárias na Galiza contemporânea: Resistências, rupturas e mudança social.....	14
As nomeadas em Trás-os-Montes: metáforas de identidade, alteridade e tradução cultural	15
Entre luzes e sombras: aproximações ao estudo sobre mulheres rurais em Portugal ...	16
TEMA 3. MUDANÇAS NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES	17
3.1. AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR	17
Caravana AgroEcológica - Como deve a sociedade apoiar a agroecologia, e porquê?... 17	
Agricultura e transformações do rural: um olhar a partir da soberania alimentar	18
Aqui tem agricultura familiar! A experiência das compras institucionais dos restaurantes universitários da Universidade Pelotas, RS, Brasil.....	19
Alimentación tradicional e identidad entre el pueblo maya - tseltal del norte de Chiapas México	20
3.2. SISTEMAS DE PRODUÇÃO E MERCADOS	21
Apresentação do Projecto Bio@horume, PDR2020-Grupos Operacionais.....	21

O gosto amargo do esquecimento: Origens rurais da indústria do pêsego em Pelotas, RS, Brasil	22
Adaptação ou reconfiguração do sistema de produção de Queijo Serra da Estrela?.....	23
A venda de produtos agroalimentares de origem rural em contexto urbano: caracterização do retalho especializado em Aveiro, Lisboa e Porto.....	24
Mercados Municipais: laços entre o mundo rural e o mundo urbano	25
TEMA 4. TERRITÓRIOS E GESTÃO TERRITORIAL	26
4.1. GESTÃO DO TERRITÓRIO	26
As paisagens culturais como instrumento de preservação e valorização territorial	26
A sustentabilidade em Odemira: desafios de governança socioterritorial face a um espaço rural conflituamente diverso	27
Intervenção em aglomerados rurais: Uma experiência no Vale do Lima (2003 -2019)..	28
Barcelos em contexto regional: um território de disparidades	29
Paisagem Serrana Alto-Minhota: diagnóstico de valor cultural em transição para um território “disfuncional” e de fruição mercantilista no séc. xxi	30
4.2. REINVENÇÃO DA GESTÃO COLETIVA E DO SABER FAZER PROFISSIONAL.....	31
Promoção da coordenação da gestão em comum à escala da paisagem.....	31
O renascimento da resinagem: mercado laboral, condições de trabalho e gestão sustentável dos territórios florestais	32
Preservação vs. utilização do território – A nova utilidade social do pastor e o acesso às terras de pastagens.....	33
Desafios de uma Paisagem Cultural: O Montado, o Tirador de Cortiça e a Transmissão do Saber-Fazer Tradicional.....	34
4.3. USO DA TERRA E POLÍTICA AGRÁRIA	35
A exploração dos baldios em Trás-os-Montes (sécs. XVIII-XIX).....	35
A ideologia da terra. A “Campanha do Trigo”, a “Colonização Interna”, a Hidráulica Agrícola e a Florestação no Portugal do século XX	36
O Estado ao Serviço da Agricultura na Região Norte: O Papel dos Serviços Regionais ..	37
TEMA 5. SUSTENTABILIDADE E BIODIVERSIDADE	38
5.1. SUSTENTABILIDADE E SERVIÇOS AMBIENTAIS	38
Pagamentos agro-ambientais por resultados: um novo mecanismo para a sustentabilidade da Paisagem em sistemas agrícolas de elevado valor natural	38
Saneamento ecológico integral: contributo para a economia circular e a sustentabilidade	39
A paisagem do Biota Estepário Cerealífero do Castro Verde.....	40
Una aproximación a los valores y sevicios ecosistemicos de tipo cultural de los bosques	41

5.2. A SUSTENTABILIDADE NO MUNDO RURAL	42
Reflexões em torno do desenvolvimento sustentável.....	42
Despovoamento e novas paisagens rurais: que sustentabilidade para o território português?	43
Multifuncionalidade da agricultura enquanto instrumento de valorização de variedades ancestrais de cereais com potencial panificável	44
5.3. BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DE RAÇAS AUTOCTONES	45
Paisagens culturais: situação atual e perspectivas zootécnicas da criação de bovinos de raça Maronesa.....	45
Transformações no mundo rural português, a patrimonialização da tauromaquia e os direitos dos animais não-humanos: o caso das chegas de bois no Norte de Portugal ...	46
O Garrano: património e potencial paradigma paisagístico do território português- desafios e oportunidades	47
TEMA 6. TURISMO E USOS ALTERNATIVOS DO ESPAÇO RURAL	48
6.1. TURISMO CULTURAL	48
Modelos de Gestão das Paisagens Culturais: a experiência das paisagens culturais portuguesas classificadas pela UNESCO.....	48
Marcos da transformação das paisagens nos Açores: entre a cultura e a natureza	49
Vilarinho da Furna: um projeto turístico de desenvolvimento sustentável	50
Aspectos alternativos do uso espaço rural: o turismo no município de Praia Grande, Santa Catarina, Brasil	51
6.2. TURISMO RURAL E TURISMO DE NATUREZA	52
Desafios e oportunidades no contexto agroturístico - Projetos colaborativos	52
Slow Travel Açores e Madeira: oportunidade e realidade.....	53
Conhecer os limites e as potencialidades da paisagem agrária do Parque Natural do Tejo Internacional: O caso do Olival.....	54
Ecoturismo na região da Beira Baixa: uma abordagem metodológica para determinação do potencial ecológico com recurso a um Sistema Espacial de Apoio à Decisão	55
Pedestrianismo e turismo de natureza. O exemplo do “Pampilhosa da Serra Walking Weekend”	56
SESSÕES ORGANIZADAS	57
SESSÃO 1. OBSERVATÓRIOS DE PAISAGEM, DESAFIOS PARA ALÉM DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO	57
Museu da Paisagem: desafios para uma cidadania paisagística	58
Plano de Paisagem das Terras de Coura: um ano de execução	59
Observatório da Paisagem da FCUP – Passado, Presente e Futuro	60
Observatório da Paisagem da Charneca: explorar identidades e conhecimento	61

SESSÃO 2. TERRITÓRIOS VINHATEIROS E ENOTURISMO.....	62
Análise do potencial turístico de um território vinhateiro – algumas abordagens do projeto TWINE.....	63
O contributo do enoturismo para o desenvolvimento rural.....	64
Experiências cocriativas de Enoturismo: a descoberta de paisagens físicas e culturais pela voz de visitantes da Rota da Bairrada	65
O perfil do enoturista numa comparação entre “Velho Mundo” e “Novo Mundo”	66
As Paisagens Alimentares na Poesia Barroca do Séc. XVIIe o Turismo: Um contributo para a criação de narrativas de Storytelling diferenciadoras.....	67
SESSÃO 3. A ATIVIDADE AGRO-SILVO-PASTORIL E A CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM E DA NATUREZA.....	68
De criadores de gado a gestores da paisagem – uma transição possível?	69
As dinâmicas de ocupação e uso do solo em contexto de mudanças sociais e climáticas: evolução recente e prospetiva em espaços de montanha do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG, NW Portugal)	70
A relevância do Apoio Zonal Peneda-Gerês para a manutenção da atividade agrícola de carácter agroambiental.....	71
Perspetivas de circularização da economia em meio rural: a evolução de práticas antigas na direção da sustentabilidade dos processos – Projecto ForestFarmBiochar ..	72
Propriedade comunitária e sustentabilidade: uma aproximação a experiências inovadoras desde a Galiza.....	73
SESSÃO 4. CULTIVAR & CONSUMIR: COMO AS SEMENTES MUDAM AS PAISAGENS.....	74
Em busca das sementes esquecidas. Fontes históricas para a agrobiodiversidade	75
Semente diversas, paisagens variadas: desafios metodológicos na análise histórica das variedades de sementes cultivadas	76
Portugal na história global da laranja: sistematização e novos dados	77
Os laranjais de Amares: uma paisagem em construção desde o século XVI	78
Paisajes agrarios y preindustrialización en la provincia de Ourense, Galicia.....	79
SESSÃO 5. REGADIOS: PRODUÇÃO AGRÍCOLA, DINÂMICAS SOCIAIS E MUDANÇAS NA PAISAGEM.....	80
As terras de regadío e secaño no norte galego segundo o Catastro de Garay (1750-1820)	81
¿Las instituciones de riego como agentes de limitación del cambio agrícola? La huerta de Valencia en la primera mitad del siglo XX.	82
A orizicultura portuguesa: dinâmicas regionais (1850-2018)	83
(Re)organizar as aldeias e a vida rural. O acção da Junta de Colonização Interna (1958-1974)	84
Dinâmicas territoriais no pré e pós Perímetro de Rega do Mira	85

APRESENTAÇÃO

As paisagens culturais têm sido apresentadas como territórios historicamente construídos, refletindo a interação entre as comunidades humanas e a diversidade de fatores biofísicos. Enquanto espaços associados a trabalho e lazer, as paisagens culturais são parte integrante da memória coletiva e constituem-se como elementos identitários das comunidades locais. O reconhecimento da relevância desta herança patrimonial, bem como da necessidade de preservar, classificar e dinamizar as paisagens culturais tem tido expressão institucional: no plano internacional, refira-se a Convenção do Património Mundial da UNESCO (1992) ou a Convenção Europeia da Paisagem (2000); em Portugal, registre-se a decisão de classificar a Paisagem Cultural de Sistelo como Monumento Nacional (Conselho de Ministros, 7 dez. 2017).

Como a discussão académica em torno das Paisagens Culturais tem sido menos frequente, torna-se pertinente promover uma reunião que permita a participação dos interessados nas várias vertentes desta temática. Partindo dos estudos rurais, em que se cruzam disciplinas diversas, como definir Paisagem Cultural? Em que medida o conceito se pode constituir em instrumento de investigação e problematização sobre territórios e comunidades rurais? Quais as circunstâncias que historicamente estão associadas à construção de diferentes paisagens? Como conciliar dinâmicas de preservação e utilização?

Estas questões motivaram a SPER - Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (www.sper.pt) e a RuralRePort - Rede de História Rural em Português (www.histruralpt.wordpress.com) a organizar VIII Congresso de Estudos Rurais & VIII Encontro RuralRePort. Assinalando a passagem de dois anos sobre a data da inédita decisão de classificar a Paisagem Cultural de Sistelo como Monumento Nacional. O evento é acolhido e coorganizado pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (<http://www.ipvc.pt/escola-agraria>).

Os resumos aqui compilados referem-se aos resumos das comunicações orais apresentadas no Congresso e encontram-se, no essencial, da mesma forma e conteúdo como foram enviados pelos seus proponentes. Assim, cabe aos congressistas a inteira responsabilidade pelo conteúdo destes resumos e das comunicações a que deram origem.

Os resumos encontram-se dividido em seis temas gerais, alguns deles divididos em subtemas, ao que se seguem cinco sessões organizadas. As sessões organizadas foram propostas conjuntas, subordinadas a um tema comum e criadas pelos congressistas que as moderaram e por elas foram responsáveis.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Dulce Freire (ICS/UL)	Aurora Santos (ESA/IPVC)
Joana Nogueira (ESA/IPVC)	Bruno Leitão (DRAP-N)
Jose Vicente Serrão (ISCTE/IUL)	José Carlos Santos (ESA/IPVC)
Luis Moreno (IGOT/UL)	José Pedro Araújo (ESA/IPVC)
Orlando Simões (ESAC/IPC)	Pedro Teixeira (ARDAL)
Sara Simões (ESA/IPVC)	

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dulce Freire (ICS/UL)

Isabel Dinis (ESAC/IPC)

Luís Espinha da Silveira (FCSH-NOVA)

Elisabete Figueiredo (UA)

Joana Nogueira (ESA/IPVC)

Luis Moreno (IGOT/UL)

Elisabeth Kastenholz (UA)

Jose Vicente Serrão (ISCTE-IUL)

Orlando Simões (ESAC/IPC)

Filipe Themudo Barata (U. Évora)

Lívia Madureira (UTAD)

Sara Simões (ESA/IPVC)

COMISSÃO DE HONRA

Carla Alves - Diretora Regional da Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)

Francisco Calheiros - Presidente da TuriHab e da ADRIL

João Castro Caldas - Prof. Catedrático Jubilado do ISA/UL e sócio fundador da SPER

João Manuel Esteves - Presidente da Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez

José Portela - Prof. Catedrático Jubilado da UTAD e sócio fundador da SPER

Manuel Belo Moreira - Prof. Cated. Jubilado do ISA/UL e sócio fundador da SPER

Vítor Mendes - Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima

SESSÕES PLENÁRIAS

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

“Pastagens, vacas, lobos e Homens: inovação e continuidade nos sistemas de agricultura tradicional das montanhas temperado-submediterrânicas do norte de Portugal”

A paisagem que observamos no norte de Portugal é fruto de uma longa evolução, condicionada por fatores biofísicos, grandemente influenciados pelo relevo e pela maior ou menor proximidade ao Atlântico, e pela intervenção que as populações humanas fizeram ao longo de sucessivas gerações. As profundas alterações nos sistemas agrícolas, silvícolas e silvo-pastoris ocorridas na segunda metade do século XX, a par das correspondentes alterações demográficas, levantam hoje questões importantes sobre os novos usos do solo e do património edificado, com vista à sua preservação ou adaptação às novas realidades, numa ótica de sustentabilidade económica, social e ambiental.

Orador convidado:

Carlos Aguiar (ESA/IPB)

SESSÃO PLENÁRIA

Paisagens culturais: heranças e desafios no território

As paisagens culturais são hoje consideradas como um elemento fundamental na caracterização dos territórios e na identidade das suas gentes, além de um ativo diferenciador e gerador de mais-valias de natureza económica, social e ambiental. Contudo, são múltiplos os desafios que hoje se colocam, tendo em conta as múltiplas formas de utilização desta herança cultural. Como tal, esta sessão pretende implementar um olhar multifacetado e pluridisciplinar sobre o tema, levando em consideração: uma visão histórica para analisar o “como” e “quando” chegámos às paisagens que hoje observamos; uma visão da sociologia rural para analisar, entre outras, as relações dos que constroem e preservam as nossas paisagens e os que simplesmente as “consomem”; uma visão do território para analisar as implicações do seu (não)ordenamento, quer em termos funcionais, quer em termos estéticos. Finalmente, pretende-se refletir sobre os modelos de governança que mais se adequam à gestão das paisagens culturais.

Oradores convidados:

Elisabete Figueiredo (UA)

Teresa Andresen (FC/UP)

Filipe Themudo Barata (UE)

SESSÕES PARALELAS

TEMA 1. PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL

R74.

Das pedras mortas às práticas vivas: a relevância do património imaterial

Manuela Reis, ISCTE-IUL, manuela.reis@iscte-iul.pt

Resumo

Acompanhando perspectivas culturais europeias, em reformulação desde os anos 60, que se polarizam sobretudo nos anos 70/80, importantes transformações associadas ao conceito de património ocorreram na sociedade portuguesa do pós-25 de Abril.

Herdeira de concepções monumentalistas do património, por um lado, e, por outro, de práticas políticas centralistas que conferem ao Estado exclusividade na sua preservação, cabendo-lhe enunciar o património a proteger e consagrar para o usar como símbolo do poder, nomeadamente na criação da identidade nacional, a sociedade portuguesa vê-se, nos últimos anos, confrontada com a superação daquelas duas noções. Não só o património, enquanto instituição cultural, deixou de confinar-se aos edifícios de carácter histórico-monumental, como também a sua definição passou a integrar outros protagonistas além do Estado.

De repente, tudo se converte em património: a arquitectura, nas suas formas de construção eruditas e populares, urbanas e rurais, os edifícios públicos e privados, monumentais e não monumentais, os velhos edifícios industriais, as cidades, os conjuntos urbanos, as paisagens ou os contextos ecológicos em risco, os saberes, as técnicas, também as actividades e culturas em regressão ou subalternizadas. Eis o *heritage boom*, expressão que os seus inventores usaram para dramatizar o fenómeno social da explosão de sítios patrimoniais, considerado como a “obsessão moderna” pelo passado idealizado perante a acelerada perda de referências sólidas de um mundo globalizado em constante mutação (Hewison, 1987; Lowenthal, 2002- [1985]; Walsh, 1985). A noção de património alastra a novas áreas, ultrapassando a valorização específica do monumento. Por outras palavras, passa-se da noção restritiva de património, concentrada na protecção de bens culturais que já contêm em si a ideia de transmissão de memória – os *monumentos intencionais*, para usarmos a terminologia de Riegl (1984- [1903]) -, a uma visão alargada que procura agora preservar, *patrimonializando-os*, novos tipos de bens culturais, símbolos e representações do passado longínquo ou do passado recente que o avanço da modernidade coloca em risco de destruição ou esquecimento.

Com base no contexto cultural sumariamente descrito, procura-se mostrar como o crescimento e a certificação da categoria “património imaterial” se constitui como um elemento de pressão política ambivalente, que tanto pode dotar as comunidades, nomeadamente rurais, de instrumentos para minimizar o processo de marginalização a que foram sendo sujeitas, como, pelo contrário, mascarar essa marginalização, ou, até, exponenciá-la, através da imposição de processos artificiais de salvaguarda de patrimónios que perderam os actores principais da sua sustentação.

R71.

Entre o litoral, o barrocal e a serra do Algarve: o Cerro de São Miguel, da Antiguidade à Contemporaneidade

Andreia Fidalgo, ISCTE-IUL/UALG, alfidalgo@ualg.pt

Resumo

O Cerro de São Miguel sobressai como o ponto mais alto de um conjunto de elevações de orientação paralela ao litoral algarvio, denominado Serra de Monte Figo, que se estende pelos concelhos de Faro, Loulé, São Brás de Alportel e Olhão. Com 411 metros de altitude, constitui um miradouro privilegiado do sotavento algarvio, a partir de onde é possível contemplar as três sub-regiões naturais que tradicionalmente caracterizam o Algarve – o litoral, o barrocal e a serra – e cuja subdivisão tem em consideração as diferentes e particulares características geológicas do Algarve. Porém, muito mais que um simples miradouro, interessa, sobretudo, tentar perceber a leitura que desta elevação se fez durante séculos como um marco geográfico de referência na paisagem da região e, por outro lado, observá-lo como espaço efectivo de vivência, do qual resultou a sua ocupação humana, a sua exploração e, também, a sua sacralização.

A importância do Cerro de São Miguel enquanto ponto geográfico de referência é atestada desde a Antiguidade Clássica. Pelo que nos foi possível apurar, este cerro aparece pela primeira vez referenciado num escrito datado do século VI a.C. (I Idade do Ferro), um *Périplo* massaliota que se conservou na posterior composição poética *Orla Marítima*, de Avieno, autor latino do século IV d.C. Ao longo dos séculos e até à actualidade, são diversas as referências que conseguimos encontrar a este cerro, quer nas fontes documentais, quer na cartografia antiga, sendo unânime que devido à sua visibilidade, constituiu desde tempos imemoriais um importante ponto de referência e de orientação à navegação, que ainda subsiste na tradição oral dos mareantes locais.

Também é igualmente possível datar na Antiguidade a sacralização desta elevação. A *Orla Marítima* de Avieno atribuiu-lhe o culto ao Zéfiro, personificação grega do vento do Oeste, mais um indicador óbvio da importância do cerro como ponto de referência para a navegação, visto tratar-se de uma suave brisa que era favorável a esta actividade. Posteriormente, ao Cerro atribuiu-se o culto de São Miguel e a ermida que encontramos a caminho do seu topo é de invocação a este orago e de construção tardo-medieval. Esta invocação não é, de todo, desprovida de sentido: o São Miguel, que se comemora a 29 de Setembro, marca o final da colheita do figo, historicamente o fruto mais importante da região algarvia, também cultivado na planície situada na encosta norte do cerro, juntamente com os outros frutos tipicamente regionais, tais como a amêndoa e a alfarroba. Estes terrenos propícios às culturas de sequeiro ajudam a explicar, aliás, a ocupação humana do cerro, aliados à presença de um poço de água potável quase no seu topo, e à passagem de um importante eixo viário que ligava a serra com o litoral algarvios.

Com esta comunicação pretende-se, assim sendo, apresentar uma interpretação histórica da função do Cerro de São Miguel enquanto ponto de referência geográfico para a navegação, assim como analisar o simbolismo, a vivência e sacralização daquele que é, ainda actualmente um dos elementos mais marcantes da paisagem algarvia.

Palavras-chave:

Algarve, Cerro de São Miguel, Navegação, Culturas de Sequeiro.

R78.

As Vilas Portuárias do Tejo enquanto Paisagens Culturais: agência, contingência e (im)permanências. Um estudo de caso - a vila de Constância, entre a terra e o mar

Ana Paredes Cardoso, ISCTE-IUL/FCT-PIUDHist, ana.paredes.cardoso@outlook.com

Resumo

A presente comunicação pretende debater o tema das Vilas Portuárias do Tejo enquanto Paisagens Culturais. Para verificar a operacionalidade desses dois conceitos recorremos a Constância, uma vila concelhia da sub-região do Médio Tejo, para caso de estudo.

Atendendo a que apesar desse território construído ser observável numa pequena escala, ele resulta da interação de fenómenos de âmbito macro, que tiveram durações variáveis no tempo.

Capar essas dinâmicas socioeconómicas, no século XVIII, é o objetivo central da nossa comunicação. Para tal seguimos as recentes propostas da bibliografia portuária mundial que exigem a integração do porto na vila ou cidade, advertindo que na vida de um porto nenhum factor teve longa duração.

Começamos por sublinhar a agência de vários atores na construção do perfil portuário de Constância, com destaque para os mercadores e homens de negócio, que serão lidos em fontes fiscais. Nos impostos ditos da Décima e nos ditos de exclusivos, como foram os contratos de arrematação e respetivas matrículas na Junta do Comércio. Sem esquecer os que estavam na base, os “trabalhadores de enxada” e os “trabalhadores do mar”.

Depois, damos conta de várias contingências. Os poderes conflitantes resultado da produção de leis ou do seu vazio, da sua aplicação ou recusa, que serão detetados nas fontes do Direito, produzidas pelas administrações centrais e local, como foram as Ordenanças e Posturas.

Para concluirmos com as impermanências e permanências da antiga vila portuária de Constância e o seu eventual estatuto de Paisagem Cultural no século XXI.

Palavras-chave:

Vilas Portuárias do Tejo; Paisagens Culturais; Constância; Demografia e Economia; Séculos XVIII-XXI.

R32.

O património agroindustrial do Mosteiro de Alcobaça, um ativo cultural para a região

António Valério Maduro, CEDTUR-CETRAD/ISMAI, avmaduro@gmail.com

Resumo

A longa duração do domínio senhorial cisterciense de Alcobaça foi marcado pelo ordenamento do território e pelo desenvolvimento da atividade produtiva. Contudo, a partir de meados do século XVII, o mosteiro desenvolve um novo mapeamento agrário disponibilizando áreas marginais ao trato da lavoura, nomeadamente com a plantação de olival no sopé da Serra dos Candeeiros e das sementeiras de milho maís nas terras de campo. Este novo quadro agrário responde à mercantilização crescente da economia e a uma rutura com o postulado autárcico, assim como a uma vontade de reforço das relações de poder e influência da instituição. Para acompanhar o sucesso das novas culturas no espaço redesenha-se o complexo agroindustrial que, em grande parte, vai ter assento nas granjas e quintas de exploração direta ou aforadas aproveitando preferencialmente o motor hidráulico em detrimento do motor a sangue. Reforçam-se assim os sistemas de moagem de cereais (com a construção de novos açudes ou sua ampliação, com a multiplicação dos casais de mós nos moinhos de rodízio e assentamento de azenhas) e de lagaragem (nomeadamente do azeite, mas também do vinho), assim como se edificam armazéns para arrecadar a produção. Mas este fluxo produtivo e comercial responde, igualmente, à necessidade de desenvolvimento de outras indústrias indispensáveis à construção, como a serração de madeiras, a extração da pedra, o assentamento de fornos de cal.

A desestruturação do sistema senhorial com a revolução liberal não alienou este património de características proto-industriais que apenas mudou de mãos acrescentando camadas à sua história de vida. Todavia, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, assiste-se ao abandono e destruição deste acervo industrial, em virtude da natural obsolescência tecnológica e da tomada do seu espaço de implantação por outras indústrias.

Estas unidades produtivas, convertidas pelo tempo em ruínas, suscitam uma trama narrativa indissociável da ligação do Mosteiro ao território e suas gentes pelo que o seu estudo constitui um passo essencial para a sua ulterior qualificação, musealização e referenciação turística. De facto, estes bens patrimoniais para além de constituírem marcas identitárias da ocupação e exploração socioeconómica do território sob influência de Cister podem, atualmente, contribuir para a afirmação de uma “nova ruralidade”, alimentando um paradigma de governança local alternativo, complementar e sustentável facilitando, desta forma, a emergência e desenvolvimento de uma economia cultural e territorial diferenciadora e singular.

Palavras-chave:

Cister, Alcobaça, Património agroindustrial e proto-industrial, Paisagem

R13.

O Caminho Português Interior de Santiago (CPIS) e as suas variantes: um exemplo de uma paisagem cultural sagrada

Pedro Ricardo Coelho de Azevedo, CETRAD/UTAD, pedrodosrc@gmail.com

Resumo

O Caminho Português Interior de Santiago (CPIS) e as suas variantes apresentam-se como itinerários de peregrinação existentes no território, sendo percorridos ao longo dos séculos rumo a Santiago de Compostela. Perante isto, pretende-se demonstrar como estes caminhos e o património existente em torno destes, inseridos numa paisagem predominantemente rural e de montanha, representam um recurso cultural pertencente às comunidades.

Neste sentido, importa analisar como as comunidades descobrem, resgatam e conseqüentemente valorizam o CPIS e as suas variantes enquanto rituais de passagem, identificar os fenómenos de patrimonialização e reconhecer quem são os agentes e dialéticas envolvidos neste processo.

Reconhecendo a importância cultural, patrimonial e económica dos Caminhos de Santiago o Governo de Portugal, o Ministério da Cultura e o Ministério da Economia, criaram o Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril, que regula a valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários.

Por sua vez, estes caminhos constituem um símbolo de identidade cultural que remete para uma dimensão local, regional, nacional e internacional, encontrando-se amplamente associados a uma paisagem cultural sagrada.

Palavras-chave:

Caminho Português Interior de Santiago (CPIS); Património Cultural; Paisagem; Patrimonialização

TEMA 2. RELAÇÕES SOCIAIS E COMUNIDADES

R66.

Conflitos no Nordeste do Brasil: o patrimônio como forma de resistência das comunidades rurais

Mário Martins Viana Júnior, UFC, mariomartins@ufc.br

Resumo

Desde meados do século XX, a política externa estadunidense atuou no sentido de expandir a Revolução Verde pelo mundo. Estimulou-se a sua difusão, por exemplo, a partir da concessão de créditos agrícolas, de convênios voltados para a extensão rural e através da criação de centros de pesquisa na América Central (México), América do Sul (Colômbia), África (Nigéria) e Ásia (Filipinas). Tais práticas e programas implicaram na alteração vertiginosa das economias e paisagens no planeta, além de mudanças inéditas nos sistemas agroalimentares de inúmeros países.

No Brasil, as interferências para a recepção da modernização agrícola receberam atenção especial das instituições públicas e empresas privadas no âmbito da irrigação. Afinal, a água era o elemento basilar para a implantação dos pacotes tecnológicos, tais como os produtos químicos (fertilizantes, pesticidas, etc.). Desde a década de 1960, a região do Nordeste, passou a ser alvo de estudos e intervenções que intencioavam materializar uma ampla infraestrutura de regadio no semiárido brasileiro. No contexto da Ditadura-civil-militar (1964-1985), o planejamento e a execução das obras foi garantido pela projeção e execução de açudes e perímetros de irrigação que envolviam o poder público e privado.

Os estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte tiveram aproximadamente 200 mil hectares desapropriados para fins de implantação de zonas de irrigação. Objetivamente isto implicou a destruição de centenas de comunidades rurais com a expulsão de milhares de famílias. Contudo, ao longo das últimas duas décadas esses sujeitos vêm se organizando e estabelecendo diferentes formas de resistência (organizada ou não) frente, principalmente, ao avanço do agronegócio no país.

A partir do trabalho de oitiva das lideranças comunitárias e da identificação conjunta dos problemas ocasionados, propusemos um conjunto de atividades para juventude rural do interior do Estado do Ceará que mobilizou a sensibilização e o trabalho em torno de uma educação patrimonial. O objetivo era perceber o patrimônio como uma ferramenta de resistência nos espaços impactados pelos projetos de regadio. Assim, foram realizadas formações com os mais jovens entre os anos 2015-17. Incentivou-se, entre outros, a elaboração de inventários participativos acerca dos patrimônios de seus territórios. Além do registro, mapeamento e guarda dos bens, as comunidades puderam construir um museu comunitário, o que potencializou o sentimento de pertencimento e, portanto, de resistência. O aprofundamento do conhecimento sobre seus locais de morada permitiu, inclusive, outros desdobramentos, como a descoberta de sítios arqueológicos na região. Identificados, estes sítios foram cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além do estímulo ao turismo rural, se tornaram importantes elementos de fortalecimento da luta e resistência das populações do campo.

Palavras-chave: Brasil; Regadio; Resistência; Patrimônio;

R30.

As mudanças nos usos das florestas comunitárias na Galiza contemporânea: Resistências, rupturas e mudança social

Alba Díaz Geada, Universidade de Santiago de Compostela, alba.diaz@usc.es

Damián Copena, GIEEAH-Universidade de Vigo, decopena@uvigo.gal

Resumo

O nosso objetivo nesta comunicação é reflexionar sobre as mudanças dos usos das florestas comunitárias na Galiza contemporânea. Ainda que o trabalho realiza uma análise do objeto de estudo na longa duração, prestaremos uma maior atenção às transformações realizadas a partir da imposição da ditadura franquista (1939-1975), que logrou executar um processo expropriador de grande percurso. Nesse período, os terrenos ligados ao *monte*, com mato e com floresta, deixam de ser o suporte do complexo agrário com policulturas e gado, para tornar em recurso submetido aos interesses industriais, principalmente às plantações de espécies florestais de crescimento rápido, nomeadamente do eucalipto para a produção de pasta de papel.

Recuperado a finais dos anos setenta o reconhecimento do direito coletivo sobre a propriedade e ao acesso aos terrenos vizinhos, observara-se maior diversificação nos usos, cobrando especial relevância nas últimas décadas novas atividades muito afastadas das práticas tradicionais e que estão vinculadas com atividades extrativistas e energéticas, nomeadamente a instalação de aerogeradores. No entanto, algumas comunidades, tentam tornar à utilização multifuncional dos espaços de propriedade coletiva desenvolvendo práticas de ação comunitária e apostando pela dinamização local mediante a autogestão dos recursos endógenos.

A compreensão das mudanças nos usos das áreas de floresta comunitária não pode dissociar-se da atenção às mudanças legislativas, políticas, sociais e económicas com as que se inter-relacionam. Nesta ocasião, no presente trabalho interessa-nos particularmente colocar estas mudanças em relação com o grande cambio social que acontece durante as décadas de estudo. As comunidades que conseguem o reconhecimento dos seus direitos sobre o territórios vizinhos, não são mesmas às que lhes foi expropriado. Tentaremos, por tanto, analisar o problema proposto com uma visão integrada que permita ter uma mais ampla compreensão das distintas mudanças que condicionam e contribuem a explicar os câmbios na relação das comunidades locais com as áreas de floresta comunitária.

Palavras-chave:

Áreas comunitárias; Galiza; Industrialização, Resistências; Comunidades.

R55.

As nomeadas em Trás-os-Montes: metáforas de identidade, alteridade e tradução cultural

Luís Vale, ESS Instituto Piaget, valedovale@gmail.com

Resumo

Quando perspetivamos Trás-os-Montes com atenção e cuidado, conseguimos perceber nela um território vasto e rico em património e em caracteres, materiais e imateriais, idiossincráticos. Diacronicamente caracterizada por um ambiente rural, é uma região afastada e em permanente sangria demográfica. As suas pequenas comunidades apresentam-se, ainda hoje, como excelentes locus para as ciências sociais. A dimensão identitária foi, é e será central, cremos, para a análise e compreensão social daquilo que é, e poderá ser, Trás-os-Montes. Ao percorrermos o território e ao visitarmos as suas comunidades encontramos inúmeros processos ou elementos dessa identidade, dos quais daremos aqui destaque às etnografias dos processos de nomeação, e em especial os de carácter coletivo entre os povos. Dizia-nos o Padre António Fontes (1992) que conhecer as alcunhas de cada terra ajudaria a conhecer o feito, o valor, os podres e as qualidades de cada aldeia. O isolamento a que estas comunidades estavam aprisionadas, proporcionavam dinâmicas, rituais e manifestações de identidade e, ao mesmo tempo, de diferenciação, em processos de auto e hetero-identidades. Os processos de nomeação eram omnipresentes nestas comunidades rurais. Consideramos ser possível afirmar que não havia nada, nem ninguém, que não fosse objeto de uma nomeada, numa lógica que poderemos denominar de antropomorfização do território. Assim, consideramos dois espaços distintos para esses processos de nomeação: primeiro, a aldeia, através de uma antroponímia, de uma toponímia e de uma “coisonímia”; segundo, entre as aldeias, através das nomeadas coletivas que obrigavam a incluir como fronteira de contraste os grupos exteriores, os “outros”, tão próximos e tão semelhantes que a expressão das suas identidades é ao mesmo tempo o reconhecimento de uma dependência, de uma interdependência. Não sendo possível elencar todas as nomeadas coletivas, propomo-nos apresentar tipologias representativas, naquilo que designamos de etnografias identitárias. Importante será também fazer referência aos lugares e aos personagens – nomeadores e nomeados -que permitiam essas dinâmicas de correlações simbólicas entre comunidades. As nomeadas colectivas como caracteres não só de identidade, como de alteridade, assim como de diálogo cultural entre as comunidades.

Palavras-chave: nomeadas individuais e coletivas, Trás-os-Montes, identidade, tradução cultural

R45

Entre luzes e sombras: aproximações ao estudo sobre mulheres rurais em Portugal

Giovana Ilka Jacinto Salvaro, UNESC/ FPCEUP, giovanailka@gmail.com
Conceição Nogueira, FPCEUP, cnogueira@fpce.up.pt

Resumo

A comunicação proposta se insere em um debate importante sobre populações rurais e os territórios que ocupam, historicamente, marcados pelo despovoamento, como efeito de processos de êxodo rural seletivo (idade e sexo), pelas ausências de reconhecimento profissional, de serviços, de políticas públicas, entre outras. A desigualdade demográfica entre territórios considerados rurais e urbanos não é uma constatação recente e, ao longo das últimas décadas, os recenseamentos demográficos evidenciam índices preocupantes e o agravamento das situações de despovoamento em determinadas regiões. Estudos desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento buscam problematizar e visibilizar a trama complexa de condições socioeconômicas, culturais, políticas, subjetivas, entre outras, envolvidas em tais processos. Não se trata da construção de saberes que fortalecem a dicotomia rural-urbano, mas que problematizam um conjunto de questões que não se encontram encerradas e que justificam estudos continuados, os quais possibilitam conhecer determinantes e condições de enfrentamento, como forma de garantir a existência digna das populações rurais em seus territórios.

O nosso interesse pelo estudo das populações rurais, sobretudo, pelo modo como produzem suas existências em diferentes territórios, emerge na interface com os campos de estudos sobre mulheres, feminismos e gênero, enquanto construções interdisciplinares. De forma específica, o tema e o conteúdo da comunicação em questão integram uma pesquisa de pós-doutorado em andamento, que tem como objetivo geral, com base no campo de estudos da psicologia social em diálogo com os estudos feministas e de gênero, analisar a produção da identidade trabalhadora rural em contextos de luta por reconhecimento profissional no Brasil e em Portugal, como demanda de movimentos sociais de mulheres e feministas, no período de 1980-2019.

Por ora, a partir de um dos objetivos específicos *apriori* elaborado, buscamos trazer um debate sobre formas de participação das mulheres na agricultura familiar portuguesa, no período em estudo, de modo a identificar regimes de produção e relações de trabalho. O corpus analítico é constituído por fontes bibliográficas e documentais, as quais evidenciam condições de possibilidade da agricultura e sua representatividade nas últimas décadas, bem como processos de feminização e de envelhecimento populacional em determinadas regiões. Tais processos são produtores e redefinem territórios rurais, reorganizam relações socioeconômicas, modos de vida e formas de existência.

Palavras-chave:

Mulheres Rurais; Gênero; Agricultura familiar; Formas de Existência.

TEMA 3. MUDANÇAS NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

3.1. AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR

R76.

Caravana AgroEcológica - Como deve a sociedade apoiar a agroecologia, e porquê?

Inês Costa Pereira, cE3c, FCUL, idpereira@fc.ul.pt;
Sara Magalhães, cE3c, FCUL, snmagalhaes@fc.ul.pt;
Renata Santos, Tagis, renatailsantos@gmail.com;
Florian Ulm, cE3c, FCUL, ulm.florian@gmail.com;
David Avelar, cE3c, FCUL, dnavelar@fc.ul.pt;
Leonor R Rodrigues, cE3c, FCUL, leonor.rodrigues89@gmail.com;

Resumo

Em Julho de 2019, o Comité Económico e Social Europeu, no Parecer sobre a Iniciativa “Promover cadeias de abastecimento alimentar alternativas e curtas na UE: o papel da agroecologia” observa a emergência da agroecologia referindo que “constitui uma mudança de paradigma para a agricultura, a fim de lutar contra as alterações climáticas, reconstituir os ecossistemas vivos e proteger a água, o solo e todos os recursos de que a produção agrícola depende”. Refere também que estudos recentes “demonstram que é possível alimentar toda a população europeia no horizonte de 2050 com uma transformação agroecológica progressiva, que integre a pecuária, as culturas e a arboricultura, com um objetivo de emissões zero de carbono”.

A Caravana AgroEcológica é uma iniciativa que vem dar resposta à necessidade de dar a conhecer, à sociedade, a Agroecologia e o seu papel transformador na relação do homem com a Natureza. A partir da co-construção de conhecimentos e de conceitos baseada na reflexão das experiências vividas (principalmente) por agricultores, vamos conhecer e partilhar a realidade e importância da Agroecologia em Portugal, envolvendo todos os seus atores. A caravana consiste numa metodologia participativa que resulta na realização de 4 rotas por diferentes regiões de Portugal onde se irão conhecer experiências agroecológicas. As rotas têm a duração prevista de 4 dias e 3 noites e irão decorrer em Junho de 2020. No último dia, as 4 rotas encontrar-se-ão no mesmo local onde os participantes de cada rota irão partilhar as experiências vividas. As quatro rotas irão abordar de forma integrada os temas SOLO, SEMENTES, PLANTAS, ANIMAIS, CONSUMO, SOLO, explorando assim o ciclo completo dos agroecossistemas. Como resultado, vamos co-construir propostas ou linhas orientadoras para a criação de políticas públicas de apoio à Agroecologia em Portugal. De forma a incluir a participação de todos, criámos os Amigos da Caravana AgroEcológica, uma partilha de informação através da qual todos os interessados podem acompanhar e ajudar a construir a Caravana.

A Caravana Agroecológica é, assim, inovadora na sua estrutura (resultado de uma co-construção desde o início), abrangência (todos os atores envolvidos, diferentes experiências, diferentes territórios), metodologia (participada e partilhada, com componente cultural como elemento agregador) e resultados (locais, na criação de comunidades, e globais, na proposta de políticas públicas). Pretende-se com este projecto fortalecer as redes e comunidades de agroecologia em Portugal.

R80.

Agricultura e transformações do rural: um olhar a partir da soberania alimentar

Rita Calvário, CES/UC, ritamcalvario@gmail.com

Resumo

Como refere Baptista (2003), “a agricultura como modo de vida e atividade produtiva já não estrutura e organiza o espaço rural”. Outras atividades e outros atores surgem agora como relevantes quando se pensam os caminhos do desenvolvimento rural. No entanto, a agricultura continua a ter peso na ocupação do território, mas sobretudo é complemento de rendimento de dezenas de milhares de agregados familiares, garantindo a sua subsistência e também prevenindo o abandono local. Isto é reflexo dos baixos salários, assim como da continuada desvalorização da agricultura familiar. Atualmente, existem mais de 250 mil explorações agrícolas, sendo 94% gerida por famílias. Desde 1989, desapareceram mais de metade destas explorações. Grande parte delas são ainda de pequena dimensão e ocupam menos de 10% da superfície agrícola útil. A restante percentagem está ocupada por poucas, mas grandes propriedades ociosas e, geralmente, altamente rentistas, tendo vindo a assistir-se mais recentemente ao crescimento de grandes extensões de monocultivo intensivo e super-intensivo, seja de olival, amendoal, ou outros, muito associadas à agricultura “eco-modernista” de precisão e mesmo à agricultura biológica para exportação. Invariavelmente, o discurso dominante das políticas e dos estudos agrários é de que convivem duas agriculturas, uma competitiva que deve ser estimulada e outra “social” que deve ser protegida pelas suas outras funções que não as produtivas. Ao nível dos estudos rurais, o foco crítico é chamar atenção para os tais “outros” que habitam o rural, mas sem integrar no debate aqueles e aquelas que também vivem desta agricultura “marginal”. Este artigo discute criticamente estas leituras da agricultura e do rural a partir da abordagem crítica da soberania alimentar. Esta abordagem analisa as transformações agrárias e rurais do ponto de vista da agricultura camponesa e familiar, considerando que esta e os seus atores são centrais na construção de sistemas agro-alimentares mais justos e sustentáveis, assentes na agroecologia, no acesso e controlo dos recursos produtivos (terra, sementes, etc.), nos mercados de proximidade, e relações sociais de género, raciais, etc., mais equitativas. Após uma breve apresentação das principais transformações agrárias e no sistema alimentar no país desde a democracia, este artigo mapeia e analisa as redes agro-alimentares alternativas que têm surgido nos últimos anos no país e discute o papel e desafios da agricultura familiar na construção de sistemas e agro-alimentares e territórios mais justos e sustentáveis. Este artigo baseia-se em revisão bibliográfica e ainda em entrevistas realizadas a atores chave nas questões agro-alimentares, a representantes de redes agro-alimentares alternativas e ainda a agricultores familiares da região Centro.

R64.

Aqui tem agricultura familiar! A experiência das compras institucionais dos restaurantes universitários da Universidade Pelotas, RS, Brasil

Nádia Velleda Caldas, PPGSPAF-UFPel, velleda.nadia@hotmail.com

Flávio Sacco dos Anjos, PPGMP-UFPel, saccodosanjos@gmail.com

Danielle Farias da Silveira, PPGSPAF-UFPel, danisilveiraf@hotmail.com

Germano Ehlert Pollnow, PPGSPAF-UFPel, germano.ep@outlook.com

Resumo

Criado no Brasil em 2003, o Fome Zero representa a mais ambiciosa experiência mundial de combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional. Em verdade trata-se de um macroprograma que reúne um conjunto de iniciativas orientadas a enfrentar as causas estruturais desse flagelo dentro de um país que, paradoxalmente, é considerado como um dos grandes celeiros do mundo, bem como o detentor da maior superfície agrária do planeta. São mais de 30 políticas públicas que incluem, dentre outras ações, a ampliação do acesso à água no semiárido nordestino, a construção de restaurantes populares, bem como a transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza (Bolsa Família).

Seguramente uma das auspiciosas iniciativas atinentes ao Fome Zero é a criação dos chamados mercados institucionais. De um lado tem-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, de outro, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os beneficiários do PAA são tanto os consumidores que recebem os produtos como os agricultores familiares, cuja produção é adquirida com recursos do Estado. A diferença, no caso do PNAE, é que o público consumidor são alunos da rede pública (municipal, estadual e federal), tratando-se de programa que atende anualmente a um público estimado em 44 milhões de estudantes.

Mais recentemente, com a edição da Lei nº 12.512 (2011) e do Decreto nº 8.473 (2015), órgãos da administração pública podem optar pela compra dos alimentos da agricultura familiar por meio de chamada pública e com dispensa de licitação. E foi por força dessa mudança que diversos órgãos públicos se incorporam às compras institucionais, sendo este um claro exemplo do que alguns denominam de mercados aninhados ou *'nested markets'*. Movida por esse intuito a Universidade Federal de Pelotas realizou entre 2013-março/2019 uma experiência que se tornou referência no país.

Anualmente foram atendidos aproximadamente 1,2 milhão de pessoas que frequentaram os refeitórios. A diversidade de (42) produtos adquiridos é grande, tanto no caso de produtos frescos quanto de processados (conservas vegetais, doces, arroz orgânico, laticínios e geleias). O volume de recursos aplicados nas cinco últimas chamadas públicas do RE-UFPel (2014-2018) ascende a 3,2 milhões de reais, montante que irrigou a economia regional e incentivou os produtores familiares a investirem em seus estabelecimentos. Destarte, no último ano os órgãos federais de controle recomendaram a suspensão desse sistema, fato que trouxe graves prejuízos e incertezas às famílias rurais. O objetivo desse trabalho é refletir sobre essa experiência.

R89.

Alimentación tradicional e identidad entre el pueblo maya - tseltal del norte de Chiapas México

Betsabe Guillén Pasillas, CIEMAD/IPN, betsy_guillen@hotmail.com

María Elena Serrano Flores, CIEMAD/IPN, meserrano@ipn.mx

Raúl Vera Alejandre, CIEMAD/IPN, rveray@yahoo.com

Resumo

Frente a los patrones de consumo de determinados alimentos que se fomentan desde las esferas del comercio y los mercados nacionales e internacionales, ha surgido una corriente que plantea la recuperación de una alimentación más sana y ambientalmente amigable, cuya contribución a la sustentabilidad es innegable.

Esta corriente encuentra su referente filosófico en el enfoque biocultural que reconoce la sabiduría de los pueblos indígenas en el manejo de los ecosistemas, que les ha permitido, a través de la historia, tanto la conservación de la biodiversidad como, al mismo tiempo, disponer de una variedad de alimentos a lo largo del año que les aporta los nutrientes fisiológicamente requeridos en su vida diaria.

El objeto del presente trabajo es mostrar la dinámica agroecológica existente entre la etnia tseltal del estado de Chiapas, México, que tiene como soporte filosófico una particular cosmovisión donde las dimensiones culturales y ecológicas se funden y expresan tanto en determinadas formas del *ser* social y cultural como en el *hacer* en el entorno natural; dimensiones que se materializan en su *cultura alimentaria*. Conocer estas dinámicas y sus fundamentos filosófico-culturales permitirá mostrar que existen alternativas para, a escala local, recuperar una cultura alimentaria sana y en armonía con la conservación de la naturaleza y las formas tradicionales de organización y relación social.

El objetivo principal de este trabajo entonces es mostrar la cultura alimentaria de un grupo tseltal que da cuenta de una práctica agroecológica de raíces ancestrales que recupera y valoriza el conocimiento tradicional, se sustenta en la agrobiodiversidad y diversificación productiva existente en la localidad. Esto es, reúne las características agroecológicas de un sistema alimentario sostenible que hacen frente a patrones globales de producción y consumo y que posibilitan la existencia de procesos de preservación de la riqueza biocultural.

La investigación se realizó sobre la cultura alimentaria tseltal del ejido San Jerónimo Bachajón en un ciclo anual, mediante la revisión de las actividades de producción (milpa y cafetal), la recolección y la caza en distintos ecosistemas del bosque. A través de la observación directa, pláticas informales, cuestionarios y entrevistas a profundidad se identificaron los hábitos que se describen a partir de momentos clave para el estudio de la cultura alimentaria: la obtención de los alimentos (producción, recolección y caza); transformación (cocina), potencial nutricional y socialización.

Palavras-chave: Cultura alimentaria; Gestión territorial; Identidad cultural; biodiversidad; tseltales; Chiapas México, Riqueza biocultural.

3.2. SISTEMAS DE PRODUÇÃO E MERCADOS

R68.

Apresentação do Projecto BioChorume, PDR2020-Grupos Operacionais

Rita Guedes, *Qr^a da AVELEDA, mariaritaguedes@fl.gmail.com*

Alberto Azevedo Gomes, *INIAV alberto.gomes@iniav.pt*

Resumo

As condições naturais solo clima da bacia leiteira primária de Entre Douro e Minho (BLPEDM) são propícias à exploração pecuária leiteira. Atualmente, os 12 concelhos que integram a BLPEDM produzem aproximadamente 50% do leite em Portugal.

Em face dos incentivos económicos para a produção leiteira, a pecuária tradicional extensiva deu lugar à pecuária intensiva dando resultado ao aumento do encabeçamento (CN) em várias explorações sem o correspondente aumento da SAU (Superfície Agrícola Utilizada) aumentando a produção de efluentes nas explorações. A capacidade de armazenamento das fossas de receção dos efluentes não acompanhou o aumento do efetivo pecuário das explorações. Observa-se assim um aumento da razão CN/SAU, ou seja, as explorações pecuárias excederam a capacidade de armazenamento e incorporação dos efluentes produzidos, colocando às empresas problemas de armazenamento, tratamento e destino dos efluentes excedentários. A incorporação excessiva de efluentes aumenta o risco de poluição dos solos, lençóis freáticos, poços, nascentes, ribeiras, particularmente na Zona Vulnerável 1. A sustentabilidade deste modelo produtivo pode estar em causa.

Um grande desafio coloca-se às empresas de pecuária leiteira para desenvolver modelos inovadores de gestão de efluentes numa perspetiva de “economia circular” e “resíduo zero” nas explorações, convertendo os efluentes numa oportunidade e numa mais-valia económica e ambiental que possa ser extrapolada à escala regional. A inclusão da área florestal na SAU das explorações poderia ser uma solução para alargar a SAL mas não é uma prática consensual e que se reveste de dificuldades técnicas e impactes ambientais ainda não avaliados. Já nas novas plantações, a aplicação dos chorumes é uma boa prática melhoradora da fertilidade dos solos.

É neste sentido que surge o projeto GO-BioChorume, com o objetivo principal testar um modelo inovador de gestão que minimize os impactes da produção excessiva de efluentes pecuários, valorizando o chorume como fornecedor de matéria orgânica e nutrientes ao solo e, por outro, a biomassa para a descontaminação dos solos. O projeto baseia-se na aplicação de diferentes doses de chorume numa plantação com espécies de rápido crescimento (*Populus sp* e *Paulownia sp*) em rotações de três anos, beneficiando do elevado potencial de reciclagem de nutrientes e produção de biomassa. Será feito o balanço anual de extração dos nutrientes com base variação anual e intra-anual das características químicas do solo, fixação de carbono e composição das águas lixiviadas, acréscimos de produção e composição química do material lenhoso.

Palavras-chave: Chorumes; pecuária intensiva; produção de biomassa

R54.

O gosto amargo do esquecimento: Origens rurais da indústria do pêssego em Pelotas, RS, Brasil

Flávio Sacco dos Anjos, PPGMP-UFPEL, saccodosanjos@gmail.com

Nádia Velleda Caldas, PPGSPAF-UFPEL, velleda.nadia@hotmail.com

Juliane Conceição Primon Serres PPGMP-UFPEL, julianeserres@gmail.com

Resumo

Situada no extremo sul do Brasil, a cidade de Pelotas é conhecida como a capital nacional do doce. Na última edição (2019) de sua festa anual os pelotenses celebraram grande conquista - o reconhecimento simultâneo, por parte do IPHAN, do patrimônio edificado, mas também 'não-edificado', correspondente a uma tradição doceira e uma reputação mutuamente interligadas.

Paradoxalmente o surgimento de Pelotas não está ligado ao açúcar, mas ao sal. Isso porque foi em seu interior que surgiram as charqueadas, espécie de 'protoindústrias' que exploravam negros escravizados na elaboração de carne salgada (charque) exportada para dentro e fora do país. No auge do ciclo charqueador (Séc. XIX), navios levavam a proteína animal para o nordeste do país e de lá voltavam abarrotados de açúcar que alimentava fábricas doceiras artesanais.

Sinais da pretérita pujança econômica são visíveis na riqueza e sofisticação das edificações construídas por uma aristocracia de origem portuguesa. Mas Pelotas não era constituída apenas por barões do charque e negros escravizados, mas por imigrantes europeus (alemães, pomeranos, franceses, italianos) que foram atraídos pelas promessas de terra das empresas de colonização. Muito se fala dos doces finos de origem lusitana, mas pouco se exalta a contribuição das diversas etnias que conformam o crisol cultural dessa localidade brasileira.

O mesmo há que ser dito em relação às raízes rurais do pêssego em conserva – um dos mais importantes gêneros da indústria agroalimentar de Pelotas. As primeiras fábricas de pêssego surgem no interior das colônias de imigrantes, sobretudo francesas e alemãs, as quais envasam a própria produção e a de seus vizinhos utilizando a mão-de-obra da própria família. No auge dos anos 1960 Pelotas contava com quase cem empresas, entre pequenas, médias e grandes indústrias. Mas foram os incentivos fiscais e creditícios da era Vargas e dos sucessivos governos que transformaram radicalmente esse setor. A ascensão das grandes indústrias conserveiras se dá em meio à falência das pequenas fábricas rurais, impedidas de funcionar por conta das restrições fiscais, técnicas e sanitárias sobre elas impostas.

No interior de Pelotas velhos moinhos e fábricas abandonadas conformam uma paisagem que reflete o esgotamento de modelos produtivos e mudanças mais amplas, como o processo de 'desruralização' de nossas sociedades. Coincidimos com Redclift e Woodgate (1994:61-62) quando afirmam que "o campo assumiu um estatuto de herança, tal como as catedrais, porque nos mostra o nosso passado". O propósito deste trabalho é explorar tais questões à luz de nossas pesquisas.

Palavras-chave:

Origens rurais; capital do doce; Patrimônio; Paisagem; Brasil.

R9.

Adaptação ou reconfiguração do sistema de produção de Queijo Serra da Estrela?

Isabel Dinis, IPC/CERNAS, idinis@esac.pt

Orlando Simões, IPC/CERNAS, orlando@esac.pt

Resumo

Nas últimas duas décadas, em Portugal, a importância da ovinicultura de leite diminuiu drasticamente. Segundo dados do INE, entre 1999 e 2016, o efetivo ovino leiteiro e o número de explorações decresceram, respetivamente, cerca de 50% e 70%. Embora de forma menos drástica, a diminuição da produção de leite de ovelha (31%) e de queijo de ovelha (32%) foi também acentuada. Até 2009, a área de produção do Queijo Serra da Estrela não fugiu a esta tendência. Só entre 1999 e 2009, o número de explorações com ovelhas de leite diminuiu 34%, enquanto o efetivo baixou 27% (INE), contrariando expectativas criadas no decorrer da década de 90, durante a qual a ovinicultura de leite surgia como uma das mais importantes atividades agrícolas da região. Desde então, este tipo de agricultura foi alvo de diversas perturbações externas, algumas delas de âmbito local ou nacional, como a industrialização da produção de queijo e a proliferação de certificações de origem, e outras mais transversais à agricultura e aos espaços rurais europeus, de que são exemplo as alterações profundas da Política Agrícola Comum, o envelhecimento e despovoamento das regiões de montanha e, mais recentemente, a recessão económica global. O objetivo deste estudo consiste, num primeiro momento, em identificar os choques externos às explorações agrícolas e as estratégias adotadas pelos produtores para lhes fazer face. Num segundo momento, usando como referência a ideia de resiliência dos sistemas socio ecológicos, pretende-se perceber se as queijarias, agora existentes, mantêm, no essencial, a mesma função, estrutura, identidade e feedback de há 20 anos, ou se a dinâmica do sistema se aproxima de uma “mudança de regime”. Para tal optou-se por desenvolver uma abordagem participativa, assente em diversos tipos de metodologias que se complementam, nomeadamente: (i) Pesquisa documental relativa às alterações ocorridas nas duas últimas décadas na Política Agrícola Comum e no enquadramento legislativo, com impacto potencial na resiliência das explorações de ovinos de leite; (ii) Pesquisa de informação estatística com o objetivo de compreender as principais tendências económicas e sociais do território onde o estudo se insere; (iii) Focus-group, integrando produtores e suas organizações, técnicos locais e membros da comunidade, com o objetivo de identificar as perspetivas e opiniões dos atores locais, em relação aos fatores condicionantes da resiliência; (iv) Realização de entrevistas com informadores chave, a fim de aprofundar algumas das questões levantadas no decorrer do focus-group. Conclui-se que as estratégias de reação aos choques externos têm assentado sobretudo no produto final, apresentando forte potencial de alteração de todo o sistema. Observa-se um desligamento entre a produção de leite e a produção de queijo e a interação com o território está a esbater-se a diferentes níveis. Salva-se o produto, mas não o território natural e social que o criou. Dir-se-ia que a instabilidade tende a deslocar o sistema para outro regime, controlado por novas variáveis e caracterizado por uma diferente arquitetura sistémica.

Palavras-chave: Queijo Serra da Estrela; resiliência; sistemas socio ecológicos, agricultura familiar

R15.

A venda de produtos agroalimentares de origem rural em contexto urbano: caracterização do retalho especializado em Aveiro, Lisboa e Porto

Alexandre Silva, ICS-UL, alexandre.silva@ics.ulisboa.pt

Mónica Truninger, ICS-UL, monica.truninger@ics.ulisboa.pt

Elisabete Figueiredo, UA e GOVCOPP, elisa@ua.pt

Resumo

Nas três últimas décadas algumas transformações dos sistemas agroalimentares, como o crescimento do poder dos grandes retalhistas sobre os sistemas de produção e distribuição alimentar e a diminuição dos retornos das inovações tecnológicas, têm pressionado os pequenos produtores e retalhistas e colocado em causa a sustentabilidade das suas atividades. Mais recentemente, mudanças nas representações e práticas dos consumidores acerca da qualidade alimentar têm vindo a criar oportunidades em alguns segmentos do negócio agroalimentar, já não através de uma competição baseada no preço e na quantidade mas antes por uma revalorização da qualidade e da diferenciação dos produtos. Estas últimas podem identificar-se a nível das práticas agrícolas e de transformação de alimentos, por exemplo na revalorização de práticas artesanais ou ambientalmente sustentáveis, mas também a nível de inovações nas próprias cadeias de distribuição, através de circuitos curtos de distribuição e valorização do pequeno retalho alimentar especializado.

Dada a origem predominantemente urbana dos consumidores e a crescente importância do comércio de proximidade nas compras do dia-a-dia é importante compreender as oportunidades que as lojas alimentares especializadas podem proporcionar na promoção e valorização de produtos de origem rural, assim como o tipo de ligações que podem criar ou reativar entre *stakeholders* (retalhistas, distribuidores, produtores e consumidores) e entre o rural e o urbano. Neste sentido, é importante conhecer as principais características deste comércio especializado, sobretudo num contexto – como é o caso de Portugal – em que se caracteriza pela escassez e pouca atualidade da informação sobre este tipo de estabelecimentos comerciais.

Esta comunicação visa apresentar os procedimentos e resultados preliminares de um levantamento e tipificação dos estabelecimentos que vendem produtos agroalimentares portugueses de origem rural, localizados em contexto urbano (Aveiro, Lisboa e Porto). Considerando alguns critérios relevantes para investigação e cruzando várias fontes, constituiu-se uma base de dados provisória que serviu de suporte a um inquérito por questionário em lojas nos municípios daquelas cidades. Procurando apresentar as principais conclusões da análise à informação recolhida, a comunicação procura contribuir para a discussão do papel que estas lojas podem ter na promoção e valorização do interior rural.

Agradecimento: Esta comunicação insere-se no âmbito do projeto STRINGS - *Selling The Rural IN (urban) Gourmet Stores – establishing new liaisons between town and country through the sale and consumption of rural products* (PTDC/GES-OUT/29281/2017/ POCI-01-0145-FEDER-029281), financiado pela FCT e cofinanciado pelo COMPETE 2020, Portugal 2020 e FEDER. <https://www.stringsproject.pt/>.

R19.

Mercados Municipais: laços entre o mundo rural e o mundo urbano

Ana Teresa Rocha, MRKC, ana.teresa.afonso@marketconsulting.pt

Resumo

Os Mercados Municipais são a génese do circuito curto, o local físico de encontro entre a produção e o consumo, quase em economia perfeita, concentrando no centro das cidades as produções das cinturas rurais envolventes.

Fomentam o acesso dos consumidores a produções e variedades regionais, que as grandes centrais de compras não procuram, e também a produções de menor volume que, de outra forma, não seriam escoadas a valores justos. Contribuem, assim, para aumentar a rentabilidade das pequenas explorações, limitando custos financeiros, logísticos e ecológicos.

O papel vital que os mercados retalhistas desempenham na revitalização das zonas urbanas e no apoio às funções dos governos locais tem vindo a crescer a nível europeu, assumindo-se como chaves essenciais de garantia e disponibilidade de alimentos com qualidade e frescura, promotores de uma alimentação saudável, com boa relação qualidade/preço e de fácil acesso à população.

Apesar de demonstrarem uma evolução muito lenta e, por vezes, sinais de fraca competitividade, no actual enquadramento de desafio económico global, os operadores dos Mercados Municipais demonstram não só a sua resistência, mas também o seu imenso contributo no apoio das economias e comunidades locais, verificando-se algum rejuvenescimento resultante da ausência de alternativas de emprego noutros sectores.

De facto, apesar da sua morte anunciada desde os anos 80, época marcada pela entrada da Grande e Média Distribuição (GMS) em Portugal, cuja diversidade da oferta e facilidade de acesso conquistaram os consumidores, têm-se revelado extraordinariamente resilientes. Contra todas as expectativas detinham, em 2017, 42% da quota de abastecimento de perecíveis frescos (APED – Associação Portuguesa Empresas Distribuição).

Assiste-se, por todo o país, a um movimento de retorno e recuperação dos Mercados Municipais, buscando-se cada vez mais produtos de época e de proximidade, embora por vezes a designação seja quase uma usurpação da imagem que os consumidores têm dos Mercados Municipais – frescura e qualidade.

O que procuram os consumidores nestes espaços, que são muito mais do que locais de venda? Porque é que os centros urbanos de Leiria e Viana do Castelo, por exemplo, onde quase cem produtores vendem os seus excedentes duas vezes por semana, se transformam nesses dias?

Tentaremos dar resposta a esta e outras questões, apresentando estes casos de estudo e o resultado dos inquéritos realizados aos oito Mercados Municipais de Almada.

Palavras-chave: Mercado Municipal; ligação mundo urbano e mundo rural; escoamento de produção; circuitos curtos

TEMA 4. TERRITÓRIOS E GESTÃO TERRITORIAL

4.1. GESTÃO DO TERRITÓRIO

R59.

As paisagens culturais como instrumento de preservação e valorização territorial

Paulo Carvalho, CEGOT/UC, paulo.carvalho@fl.uc.pt

Luiz Alves, CEGOT/UC, luiz.alves@uc.pt

Bruna Cordeiro, CFE/UC, bc2159@hotmail.com

Resumo

As paisagens culturais estão cada vez mais associadas a obras grandiosas do ser humano em harmonia com o suporte físico. Como herança materializada através de uma geografia singular importa descodificar a sua linguagem de estruturação e encontrar as ferramentas adequadas para proteger e valorizar as paisagens culturais.

No caso dos ambientes rurais, as políticas públicas de desenvolvimento com ênfase nos recursos ecoculturais diferenciadores são sinónimo de novas infraestruturas, equipamentos e eventos diversificados (da cultura ao desporto), para oferecer qualidade de vida aos residentes e experiências únicas aos visitantes. É assim que as paisagens culturais, segundo uma abordagem holística (estruturas edificadas, campos de cultivo, parcelas florestais, fauna e flora, entre outros elementos matriciais) e de continuidade territorial, apresentam também uma inegável dimensão patrimonial e de interesse público.

A União Internacional para a Conservação da Natureza reconhece as paisagens culturais como uma das seis categorias de gestão das áreas protegidas, o que de certa forma acontece também em Portugal, pois na legislação nacional sobre esta matéria, a paisagem protegida constitui uma das cinco tipologias de classificação a adotar no continente.

Fonte de inspiração e destino para milhões de pessoas no mundo todos os anos, as áreas protegidas são fundamentais para a conservação da natureza, ajudam a manter serviços dos ecossistemas, tais como a água limpa e o ar puro, e configuram uma importante solução natural no contexto das alterações climáticas. Além disso, são de grande importância social e cultural e contribuem para conservar e valorizar o património cultural em numerosos exemplos paradigmáticos. Portugal tem acompanhado e desenvolvido diversas iniciativas nesta área, com o propósito de implementar uma organização e gestão eficiente das áreas protegidas, contando no presente com mais de uma centena e meia de sítios naturais classificados ou protegidos no território continental (a que corresponde cerca de 22% da respetiva área) ao abrigo de estatutos nacionais e internacionais.

É neste contexto que situamos a investigação que suporta a presente proposta de comunicação, com os objetivos de, por um lado, no plano teórico e concetual, explicitar o conceito de paisagem cultural e a sua relevância no contexto dos estatutos de proteção e valorização do território; e, por outro, através de um caso de estudo, analisar os atributos da paisagem cultural da Serra da Lousã e o seu potencial para a inclusão desta unidade de paisagem da Cordilheira Central na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Palavras-chave: Paisagens culturais; Áreas Protegidas; Serra da Lousã.

R91.

A sustentabilidade em Odemira: desafios de governança socioterritorial face a um espaço rural conflitualmente diverso

Luís Moreno, CEG/IGOT-ULisboa, luis.moreno@edu.ulisboa.pt

Alina Esteves, CEG/IGOT-ULisboa, alinaesteves@edu.ulisboa.pt

Maria Lucinda Fonseca, CEG/IGOT-ULisboa, fonseca-maria@edu.ulisboa.pt

Raquel Xavier Rocha, CEG/IGOT-ULisboa, rocha-raquel@edu.ulisboa.pt

Resumo

O município de Odemira tem sido palco de uma conjugação de tensões que podemos associar a dificuldades de governança próprias das contradições entre os interesses de um processo de modernização e de desenvolvimento empresarial, no qual sobressai a agricultura, mas também de dimensões do interesse público – sociais, culturais, económicas e ambientais – que se representam em vários instrumentos da esfera político-administrativa e de regulamentação, em diferentes níveis, mas também na dinâmica dos atores.

Grande parte da problemática prende-se, por um lado, com algumas consequências (positivas e negativas) do tipo de aproveitamento empresarial dos recursos hídricos do Perímetro de Rega do Mira (PRM), numa dinâmica crescente após os anos 80 do século XX, principalmente, envolvendo investimento direto estrangeiro (IDE), em grande parte de multinacionais do setor agrícola, com recurso (não exclusivo, mas fundamental) a mão de obra imigrante.

Por outro lado, releva-se a questão de as políticas públicas serem vistas como algo limitantes dos principais atores privados (sobressaindo os da hortofruticultura intensiva) e, simultaneamente, bastante limitadas na sua ação em prol da regulação e da valorização territorial sustentável, em especial tendo em conta a conflitualidade de opções económicas e socioterritoriais em função dos interesses, dos recursos disponíveis e dos condicionamentos de diferentes figuras de planeamento e ordenamento surgidas após o PRM. Referimo-nos, por exemplo, ao Plano Diretor Municipal (PDM), ao Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), diferentes Planos de Ordenamento, as Reservas Agrícola e Ecológica Nacionais (RAN e REN), mas também ao Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e ao Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMII).

O objetivo da comunicação consiste em identificar as forças em jogo, de âmbito público e privado, os seus pesos e as suas dinâmicas processuais e relacionais, mostrando os vetores e as dimensões da governança e das racionalidades em disputa, no sentido de iluminar as condições de resposta ao desafio da sustentabilidade de Odemira.

Com uma abordagem holística, o estudo recorre sobretudo a metodologias qualitativas, com apoio em fontes primárias locais – entrevistas a atores e participação em eventos – embora combinando em triangulação a respetiva informação com a de fontes secundárias, designadamente estatísticas, documentação oficial e estudos académicos, incluindo nestes trabalhos produzidos pelos autores desde 2014.

Palavras-chave:

Agricultura intensiva; Imigrantes; Planeamento e ordenamento; Governança

R26.

Intervenção em aglomerados rurais: Uma experiência no Vale do Lima (2003 - 2019)

Maria do Rosário Coutinho, ADRIL, rosarioc@adril.pt

Resumo

A ADRIL, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima, que se constituiu para a gestão do Programa Leader no Vale do Lima em 1991, desenvolveu um plano de renovação das Aldeias, desde o seu enquadramento no território até uma intervenção física de recuperação levando à constituição de uma rede de Aldeias.

Este plano teve como objectivo a fixação das pessoas, o combate ao êxodo rural e à desertificação, criando maior atractividade das aldeias e proporcionando a dinamização duma actividade económica que é o turismo rural e de aldeia, tratando-se de uma apresentação de duas intervenções, uma em Ponte de Lima e outra em Sistelo.

Esta apresentação tem como base o estudo de enquadramento dos recursos locais que levaram à formalização de propostas de intervenção em curso.

Palavras-chave:

Habitat Rural; Arquitetura Popular; Património Vernacular; Conservação, Reabilitação; Políticas e Programas de Desenvolvimento AGRIS e Leader; Associação de Desenvolvimento Local ADRIL; Vale do Lima; Norte de Portug

R49.

Barcelos em contexto regional: um território de disparidades

António Cardoso, IPVC/CICS.Nova.UMinho, antoniocardoso@esa.ipvc.pt

Resumo

Nesta proposta de comunicação procura-se dar um retrato sintético da sociedade e da economia em termos regionais, distritais e em especial do concelho de Barcelos, com dados comparativos e atualizados e partindo das seguintes questões: tendo por base indicadores médios do país, qual é o lugar do concelho de Barcelos em contexto regional? Quais são as condições de vida em termos económicos, sociais e culturais dos habitantes de Barcelos, do distrito e da região?

Dos resultados, conclui-se que estamos perante uma região semiperiférica e uma economia de crescimento desigual e vulnerável. Além disso, os dados estatísticos do INE e de outras fontes e estudos evidenciam a existência significativa de desigualdades sociais, socioeducativas e culturais.

Palavras-chave: território, desenvolvimento, desigualdades, Barcelos/Minho, Portugal.

R38.

Paisagem Serrana Alto-Minhota: diagnóstico de valor cultural em transição para um território “disfuncional” e de fruição mercantilista no séc. xxi

Ana Gonçalves da Silva, ex-SNPC, anajacome@hotmail.com

José da Cruz Lopes, IPVC; e CEPESE, clopes@estg.ipvc.pt

Resumo

Os autores advertem, em primeiro lugar, que a sua ideia de valor da Paisagem retrata (ou é a síntese), sempre, de um quadro de genialidade da vida social suportado na realidade biofísica do seu território. É um complexo da “epiderme terrestre” configurado visualmente e gerado pela integração de forças dinâmicas da natureza e da cultura humana, em que a sua moldura de conteúdos, hoje, é uma realidade de «figuração da ecosfera» (M.R. MAGALHÃES 2007).

Para os autores em título a paisagem é objecto não urbano, de interesse sistémico e expressão etimológica qualificada, de um domínio de estudo multidisciplinar porque ela retrata ou é, sempre, a síntese de um quadro de vida e ordem social suportado no ambiente biofísico do sistema território, que lhe é ecologicamente coerente e culturalmente consistente. Ora é a paisagem serrana desta sub-região que é o enfoque, de particular mote para um diagnóstico e consequente reflexão sobre a sua dinâmica no presente (Millenium Ecosystem Assessment Portugal 2003-2009; PEREIRA 2009). Por outro lado, é de assinalar que essa paisagem rural portuguesa é inscrita na «pequena montanha europeia», por posição na Ibéria e enquadramento na transição de (sub)regiões biogeográficas, que a torna singular, mais acessível e de potencial interesse para descobrir um ambiente e vivência mais cultural e atraente de populações urbanas próximas (visitantes nacionais) ou mais distantes (turistas estrangeiros). No caso do sistema serrano em questão, este desenvolve-se entre cotas de vertente, dos 500 metros até aos 1373-1416 metros, os cumes dos relevos da Peneda e Soajo, respectivamente (J.C. LOPES 2001; 2003).

Neste quadro há um conjunto de questões a desenvolver, em especial:

- a) Na transição dos séc XX-XXI que novas realidades passaram a coexistir (ou foram incorporadas) neste território e paisagem?
- b) Que dinâmica demográfica, social e cultural estão aí a emergir ou a acontecer? Há colonização interna ou novos “nómadas”?
- c) O legado da diversidade do mosaico agrossistémico alto-minhoto que suporte de vida desempenha hoje para a biodiversidade e para a comunidade local?

Palavras-chave: Montanha do Minho; “inverno” demográfico; mosaico biogenético; paisagem (re)qualificada; novos actores

4.2. REINVENÇÃO DA GESTÃO COLETIVA E DO SABER FAZER PROFISSIONAL

R48.

Promoção da coordenação da gestão em comum à escala da paisagem

Ana Martins, CEF/ISA, anamartinspinheiro@isa.ulisboa.pt

Ana Novais, CEF/ISA, ananovais@isa.ulisboa.pt

José Lima Santos, CEF/ISA, jlsantos@isa.ulisboa.pt

Maria João Canadas, CEF/ISA, Mjcanadas@isa.ulisboa.pt

Resumo

Nos últimos 15 anos, a experiência da promoção da gestão agrupada através das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) tem mostrado que esta figura legal inovadora não tem tido capacidade de promover a necessária adesão à gestão de combustíveis nos territórios mais susceptíveis aos incêndios. Conhecer os factores-chave que poderão potenciar ou inibir a adesão destes actores a soluções de gestão agrupada e coordenada à escala da paisagem é muito importante para o desenho de soluções e políticas eficazes. Neste estudo pretende-se analisar o papel de quatro dimensões distintas: 1) características socioeconómicas e demográficas, 2) práticas produtivas na gestão florestal, 3) relação com a propriedade florestal e 4) capital social, na predisposição dos proprietários de FPNI para a adesão a diferentes soluções alternativas à gestão individual.

O estudo de caso aqui analisado, situa-se numa freguesia da região Centro/Norte de Portugal com um histórico longo de fogos florestais numa área de fraca densidade populacional, dominada por plantações de eucalipto e pinheiro para produção de madeira, que pertencem a proprietários com áreas muito pequenas (inferior a 1ha). Houve duas tentativas de constituição de uma ZIF que até agora ainda não avançaram apesar do risco.

Através de um questionário estruturado, conduziu-se um inquérito presencial com o objectivo de estudar a receptividade e previsibilidade de adesão a diferentes modos de gestão florestal. A maior parte dos inquiridos (2/3) optariam por não continuar a gerir a terra individualmente. Destes, a maioria estaria disposta a delegar a sua gestão numa ZIF. Construiu-se um modelo de regressão logística multinomial de modo a quantificar a probabilidade adesão das diversas variáveis a cada solução, relativamente à opção de base escolhida para referência, a gestão individual.

Os resultados mostram que a predisposição à coordenação está principalmente associada à ausência de práticas de gestão na floresta (dimensão cujo efeito mais se destaca entre as acima descritas) por proprietários sem ligações sociais locais, cuja terra foi obtida por herança, residindo fora da freguesia. A cedência da gestão por arrendamento é uma opção atractiva para os proprietários que já a experimentaram, sem actividade neste sector e cujo rendimento provém da reforma. A venda está também associada à ausência de gestão da terra herdada, acrescida de ausência de capital social positivo, ao peso nulo da floresta no rendimento do agregado familiar e à dependência da pensão de reforma.

O estudo sugere que não é expectável que o reforço de laços comunitários ou campanhas de educação e sensibilização alterem o actual elevado risco de incêndio e que incentivos económicos à gestão conjunta de combustíveis poderá ser um caminho mais promissor e eficaz.

R44.

O renascimento da resinagem: mercado laboral, condições de trabalho e gestão sustentável dos territórios florestais

Pedro Reis, INIAV, pedro.reis@iniav.pt

Amélia Palma, INIAV, amelia.palma@iniav.pt

Javier Calvo, CESEFOR, javier.calvo@cesefor.com

Resumo

A resinagem foi uma atividade muito relevante em Portugal durante quatro décadas, de 1940 a 1980, com produções anuais acima das 100 000 t/ano, no final deste período. A partir dos anos 80 emergiu a China como grande produtor mundial e houve uma forte contração da produção nacional, que caiu abaixo das 5 000 t./ano. No final da década de 2000 verifica-se uma inversão desse declínio, com uma subida do preço e produção de resina. Esta atividade, pela forte presença nos espaços florestais, tem também um forte contributo para a vigilância, deteção de incêndios e redução dos combustíveis florestais (para acesso aos pinheiros).

Nesse período de revitalização da resinagem, Portugal foi fortemente afetado pela crise financeira global e consequente crise das dívidas soberanas, com grande impacto no emprego, sobretudo no setor da construção civil, que perdeu mais de metade dos postos de trabalho. Muitos desempregados refugiaram-se na agricultura mas, mesmo este setor económico, teve um decréscimo de mão-de-obra.

Estimamos que existam atualmente cerca de 600 resineiros. Não existe nenhuma informação estatística sobre estes agentes económicos, existindo apenas o registo de operadores, que tanto podem ser trabalhadores por conta própria, como firmas empregando vários trabalhadores na resinagem. Estão registados quase 200 operadores na extração de resina. Estima-se que 70% da produção esteja concentrada em 10 concelhos, pertencentes aos distritos de Leiria (Centro) e de Vila Real (Norte).

Face ao evidente crescimento do número de trabalhadores na extração de resina, do qual não temos estatísticas oficiais, nem uma caracterização socioprofissional, torna-se crucial fazer um estudo sobre estes novos resineiros, do ponto de vista profissional, económico e das condições de trabalho. É o que estamos a desenvolver no âmbito do projeto Interreg Sudoeste SustForest Plus, em Portugal, Espanha e França, com o propósito de delinear e implementar medidas que melhorem as relações laborais, as condições de trabalho na extração de resina e promovam a sustentabilidade desta atividade florestal. Os resineiros são o elo mais fraco da cadeia de valor dos produtos resinosos, é uma profissão pouco atraente, que requer habilidade e um saber fazer, num contexto fisicamente exigente e árduo, com ferramentas manuais e utilização de produtos químicos (longas caminhadas, trabalho solitário, por vezes em terrenos acidentados e cheios de matos).

Durante o mês de outubro será realizado um inquérito aos resineiros, cujos primeiros resultados serão apresentados no Congresso.

Palavras-chave: Condições laborais; gestão florestal; pinhal; resina; resineiros.

Agradecimento: Trabalho realizado no âmbito do projeto transnacional SustForest Plus, co-financiado pelo programa de la Unión Europea Interreg Sudoeste 2014-2020.

R52.

Preservação vs. utilização do território – A nova utilidade social do pastor e o acesso às terras de pastagens

Júlio Sá Rêgo, ISCTE-IUL, julio_sa_rego@iscte-iul.pt

Marina Castro, CIMO/IPB, marina.castro@ipb.pt

Resumo

Reconhecer um território como paisagem cultural tende a outorgar à sua beleza e/ou biodiversidade um valor universal, retirando à população local sua legitimidade unilateral de decisão sobre o uso desse território. A conservação da paisagem torna-se prioritária e passa a ter precedência sobre a continuidade das atividades humanas que podem vir a ameaçá-la. Contudo, paisagens culturais são territórios historicamente construídos frutos da ativa interação entre o ambiente natural e as comunidades humanas. A alteração desse equilíbrio construído pode provocar tanto degradações ambientais como injustiças a populações que da terra tiravam o seu sustento. Inúmeros casos ilustrativos dessa relação estão disponíveis na literatura. Em Portugal, agricultura, pastorícia e queimadas foram os agentes dominantes de modelação da paisagem desde o Neolítico. No decorrer do século XX, entretanto, a expansão da área florestal nos baldios e o seu fecho a outros usos provocou uma asfixia do sistema agropastoril tradicional e induziu uma rápida modificação da ocupação e do uso da terra, especialmente em regiões onde a pastorícia era importante. Com o gado proibido de acessar as novas florestas, a pastorícia foi seriamente comprometida por falta de pastos. A fragmentação do equilíbrio territorial que prevalecia propulsionou comunidades pastoris a uma situação de precariedade e vulnerabilidade social, e deu espaço a um regime de incêndios descontrolado conhecido como Terceiro Fogo. Há, hoje, um discurso crescente que reconhece a utilidade social da pastorícia na manutenção da biodiversidade e prevenção de incêndios florestais. O discurso, no entanto, induz mudanças nas práticas e relações sociais. Após contextualizar esse processo de desarticulação do equilíbrio territorial em Portugal, este trabalho procura retratar o cotidiano de pastores – agora então cunhados de utilidade social – no acesso às terras de pastagens. Ele resulta de uma investigação de doutoramento em antropologia em curso, cujos dados são coletados através de diálogos e observação no Centro e no Norte do país. Resultados preliminares indicam que a reconciliação das antes antagônicas dinâmicas de conservação da natureza e utilização do território ainda não é efetiva. O cotidiano de pastores depara-se com múltiplos constrangimentos oriundos de uma visão conservacionista do ambiente. Da construção de infraestruturas necessárias à pastorícia ao pastoreio em zonas florestais, pastores têm de lidar com comportamentos individuais de autoridades e regulamentos de ordenamento do território restritivos que podem levar até ao abandono da atividade. O programa das “cabras sapadoras” é, nesse sentido, positivamente percebido pelo seu potencial de promover a legitimidade social da pastorícia.

Palavras-chave:

Pastorícia; Injustiça Ambiental; Conservação; Incêndios Florestais; Antropologia Ambiental

R28.

Desafios de uma Paisagem Cultural: O Montado, o Tirador de Cortiça e a Transmissão do Saber-Fazer Tradicional

Sónia Bombico, CIDEHUS-UÉvora & Cátedra UNESCO, sbombico@uevora.pt

Carlos Manuel Faísca, CM Ponte de Sor & U. Extremadura, Carlos.Faisca@cm-pontedesor.pt

Resumo

O Montado é a mais significativa paisagem cultural do sul da Península Ibérica fruto da ação do Homem na Natureza, que levou ao estabelecimento de um frágil equilíbrio entre a exploração económica e a preservação ambiental.

Nos montados de sobro, que constituem a maioria dos montados, a extração de cortiça é uma ação fundamental para a sustentabilidade económica e cultural de todo o sistema, e para a preservação ambiental da paisagem. Esta atividade interfere nos processos fisiológicos da árvore com implicações diretas na qualidade da cortiça produzida e na sobrevivência da própria árvore. Torna-se, assim, essencial identificar as formas de transmissão do conhecimento relacionado com a extração da cortiça, como forma de avaliar a manutenção, a longo prazo, de uma paisagem cultural e de um sistema económico que, apesar de extenso, se encontra em declínio e sujeito a ameaças.

Neste sentido, a presente comunicação propõe-se apresentar, após ter identificado o montado como paisagem cultural e a extração de cortiça como uma atividade fundamental para a preservação deste sistema agro-silvo-pastoril, os desafios da manutenção da prática tradicional de extração, com base nos resultados de um inquérito levado a cabo junto de tiradores de cortiça.

Analisam-se as formas de transmissão geracional de um saber-fazer tradicional, intimamente ligado às comunidades rurais do sul de Portugal, e do património cultural material e imaterial a ele associado. Procuram-se identificar as principais ameaças e limitações à continuidade das formas tradicionais de transmissão e prática, no contexto da sociedade global.

Questionam-se os modelos de formação profissional estruturada de transmissão do conhecimento, quase inexistentes, fazendo-se um exercício comparativo com a ação da Junta Nacional de Cortiça (1936-1972), que criou e geriu duas escolas de podadores e tiradores de cortiça, numa lógica educativa que incluiu ainda a publicação de pequenos manuais técnicos.

Graças às suas especificidades técnicas, a extração de cortiça tem resistido à introdução de novas tecnologias no processo de tiragem. Este facto tem permitido a sobrevivência de um saber-fazer tradicional, cuja transmissão é ameaçada pelo envelhecimento das comunidades rurais e pelas transformações da sociedade, cada vez mais dependente das tecnologias digitais.

Palavras-chave:

Paisagem Cultural, Saber-Fazer Tradicional, Montado, Tirador, Cortiça

4.3. USO DA TERRA E POLÍTICA AGRÁRIA

R24.

A exploração dos baldios em Trás-os-Montes (sécs. XVIII-XIX)

Pedro Mota Tavares, FLUP, pfmmtavares@gmail.com

Resumo

O presente trabalho visa aprofundar o debate em torno da exploração dos terrenos baldios na região de Trás-os-Montes. A cronologia de análise incide, grosso modo, entre finais do Antigo Regime e a Revolução Liberal. Atendendo à considerável extensão de terrenos baldios que caracteriza, genericamente, a paisagem transmontana neste período histórico, quais os modelos de organização social adotados pelas comunidades rurais com vista ao seu aproveitamento? O objetivo central deste estudo prende-se com a análise da forma como a criação de gados e a atividade agrícola se desenvolviam paralelamente nestes espaços. Pretende-se assim determinar as principais culturas – de acordo com a sua distribuição territorial pela província –, assim como as diferentes formas de administração dos baldios por parte dos concelhos, designadamente no que concerne ao regime de fruição dos mesmos.

Alude-se igualmente para o pensamento económico de alguns autores – produzido, fundamentalmente, na transição entre o século XVIII e o século XIX – sobre as implicações que resultam da existência dos baldios nesta região. Atendendo, de resto, às reformas administrativas em consequência da Revolução Liberal, o nosso objetivo visa perceber, em traços gerais, quais as políticas implementadas pelas cortes constituintes com respeito aos baldios e, consequentemente, quais as repercussões manifestadas em Trás-os-Montes à luz destas medidas.

Partindo da informação recolhida em corografias, descrições geográficas e memórias económica – a par da cartografia existente e de outros registos empreendidos no período anterior e subsequente – sabemos que se verificou uma diminuição do número de terrenos baldios no final de setecentos. À época, autores como José António de Sá (1756-1819) alertavam inclusivamente para a necessidade de cultivar os baldios, justificando que estes seriam uma das principais causas do atraso económico em Trás-os-Montes.

Palavras-chave:

Baldios; Trás-os-Montes; Agricultura; Pastagem; Comunidades rurais.

R57.

A ideologia da terra. A “Campanha do Trigo”, a “Colonização Interna”, a Hidráulica Agrícola e a Florestação no Portugal do século XX

Manuel Villaverde Cabral, ICS-UL, mvcabral@ics.ul.pt

Aida Valadas de Lima, ISCTE – IUL, avlg@iscte-iul.pt

Resumo

Esta comunicação tem por objeto discutir a ideologia nacionalista da terra enquanto retórica do regime autoritário em Portugal (1926-1974) que conjugava os discursos e práticas autárquicas da “Campanha do Trigo” (1928-38) com os da “Junta de Colonização Interna” (1935-1974) na perspetiva histórica de uma pretensa «redistribuição do povoamento». A estas políticas seguiram-se, com a gradual abertura da economia, a da hidráulica agrícola e a da florestação.

Por «ideologia da terra» entende-se a noção reativa desenvolvida pelas forças políticas conservadoras perante o capitalismo, o liberalismo e a industrialização, tais como as noções desenvolvidas por autores como Maurice Barrès e Charles Maurras em França acerca do «solo e do sangue», bem como na Alemanha por Martin Heidegger e o seu «heimat». Em Portugal, Oliveira Martins e sobretudo Basílio Teles representaram ideologias associadas a essas conceções do trabalho e da terra, seguidos por António Sérgio em tardia defesa da «política de fixação» contra a tradição nacional do «transporte».

Começa-se por analisar as condições históricas e ideológicas subjacentes à “Colonização Interna” no contexto da política agrícola portuguesa. De seguida, passam-se em revista os principais objetivos dos outros três pilares fundamentais daquela política: primeiro a “Campanha do Trigo” e, posteriormente, a hidráulica agrícola e a florestação.

No que respeita à “Campanha do Trigo”, esta permitiu à ditadura algum sucesso temporário, o mesmo se passando com a ideia da «colonização interna». Contudo, com o «Recenseamento dos Baldios» (1939) e a debilidade das tentativas de povoamento, os principais resultados da política agrícola do Estado Novo no pós-guerra acabaram por ser a irrigação e, por último, a florestação.

O balanço da política de colonização interna mostra, pois, que as ideologias da «terra» e do «povoamento» dizem mais sobre as narrativas ideológicas nacionalistas do que acerca das tentativas práticas para alterar o desequilíbrio da distribuição da população e o carácter das estruturas agrárias, tendo acabado por prevalecer a reorientação mercantil à irrigação e à florestação.

Palavras-chave: Ideologia da terra; “Campanha do Trigo”; Política Agrícola

R27.

O Estado ao Serviço da Agricultura na Região Norte: O Papel dos Serviços Regionais

Bruno Leitão, brunoasleitao@gmail.com

Resumo

Os desafios são um estímulo à evolução, ao crescimento e ao traçar de novos caminhos. Após a revolução de abril de 1974 e à integração na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1985, Portugal traçou novos caminhos na Agricultura, nas Florestas e nas Pescas. Se existe setor nas últimas décadas, em que as soluções de regionalização e descentralização dos serviços do Estado têm sido testadas, o setor Primário é com certeza um deles.

O presente trabalho tem como objetivo uma análise da evolução dos Serviços Regionais de Agricultura (SRA), focando-se na arquitetura organizacional e nas competências que lhes foram atribuídas ou delegadas, na perda de ativos patrimoniais, na diminuição dos quadros técnicos, mas sobretudo, na perda de conhecimento e experiência efetiva que estas instituições públicas adquiriram principalmente na sua década dourada, após a integração na CEE, para a qual contribuíram ativamente e como força operacional do Estado Central presente nas Regiões. Hoje as DRAPs perdem conhecimento e sobretudo a sabedoria, que os seus recursos humanos acumularam, através da centralização e diminuição dos quadros técnicos, sem que sejam formados elementos que possam transportar esse legado para os próximos desafios da Agricultura, das Florestas e das Pescas, sem pensar que essa poupança de recursos no presente, implicará os novos, mas também os mesmos erros do passado.

Palavras-chave:

Agricultura, Serviços Regionais de Agricultura, Direções Regionais de Agricultura, Funções do Estado.

TEMA 5. SUSTENTABILIDADE E BIODIVERSIDADE

5.1. SUSTENTABILIDADE E SERVIÇOS AMBIENTAIS

R81.

Pagamentos agro-ambientais por resultados: um novo mecanismo para a sustentabilidade da Paisagem em sistemas agrícolas de elevado valor natural

Teresa Pinto-Correia, ICAAM, Universidade de Évora, mtpc@uevora.pt

Maria Helena Guimarães, ICAAM, Universidade de Évora

Isabel Ferraz de Oliveira, ICAAM, Universidade de Évora

Maria Belém Freitas, ICAAM, Universidade de Évora

José da Veiga, ICAAM, Universidade de Évora

Resumo

As qualidades únicas do Montado enquanto sistema silvo-pastoril de elevado valor natural são já muito documentadas na literatura. O Montado ocupa 1M hectares no Sul de Portugal Apesar dos múltiplos bens e serviços públicos suportados pelo Montado, a sua extensão tem vindo continuamente a diminuir desde 1990, sobretudo devido a práticas de gestão que não garantem a manutenção e renovo do coberto arbóreo – sobretudo pela intensificação da produção pecuária sem a necessária adaptação dos recursos forrageiros. Assim, esta paisagem de carácter único está em risco. Por outro lado, no âmbito da Política Agrícola Comum para o pós 2020, a manutenção da biodiversidade agrícola e da paisagem rural continuam a ser prioridades. A preparação da futura política prevê um maior grau de flexibilidade para os estados membros e a possibilidade de construir medidas de apoio formatadas segundo as necessidades de cada sistema e de cada tipo de produtores, beneficiando os produtores que vão para além do obrigatório, na preservação da biodiversidade e da paisagem. Neste contexto, medidas agro-ambientais baseadas em resultados são uma das possibilidades para aumentar o interesse dos produtores pela sua prestação em termos destes bens públicos. Desde 2017, um processo de co-construção envolvendo investigadores, produtores e técnicos da administração, tem vindo a conceber e desenhar o que poderia ser um modelo de medidas baseadas em resultados para o Montado. As medidas propostas estão ligadas a objectivos claros e a indicadores específicos e validados no campo. Para os produtores, trata-se de um novo paradigma, que os faz sair fora da sua zona de conforto e tomar mais responsabilidade sobre as suas práticas de gestão. Nesta comunicação, apresentamos as características dos sistemas agrícolas de elevado valor natural e como são fundamentais para a paisagem e biodiversidade no espaço rural, assim como discutimos os desafios à sua manutenção. Seguidamente, apresentamos o processo de co-construção das medidas baseadas em resultados para o Montado, e discutimos as vantagens e problemas que se colocam à sua aplicação.

Palavras-chave: Agro-ambiental, Montado, co-construção

R75.

Saneamento ecológico integral: contributo para a economia circular e a sustentabilidade

Ana Cristina Rodrigues, ESA/IPVC, ProMetheus/IPVC, acrodrigues@esa.ipvc.pt

Ana Ferraz, ESA/IPVC, ProMetheus/IPVC, aferraz@esa.ipvc.pt

Isabel Valin, ESA/IPVC, CISAS/IPVC, isabelvalin@esa.ipvc.pt

Luís Miguel Brito, ESA/IPVC, CIMO/IPVC, miguelbrito@esa.ipvc.pt

Susana Mendes, ESA/IPVC, CISAS/IPVC, smendes@esa.ipvc.pt

Cristina S. C. Calheiros, CIIMAR/UP, cristina@calheiros.org

Aline Guerreiro, PCS, ag@csustentavel.com

Gabriela Dias, ESA/IPVC, gabriela@esa.ipvc.pt

Resumo

As sanitas secas têm vindo a ganhar importância como elemento essencial para o desenvolvimento sustentável, não só porque permitem evitar o desperdício de água potável que ocorre com a descarga em sistemas sanitários convencionais, mas também pelo seu contributo para “fechar o ciclo de nutrientes”, já que do processo de tratamento poderá resultar um composto que pode ser utilizado como corretor orgânico dos solos. Perante a necessidade premente de adaptação às alterações climáticas e de transição para uma economia circular, é importante que o saneamento seja sustentável do ponto de vista ecológico, social, económico e cultural, e que o ciclo natural de nutrientes seja assegurado de forma global.

Em meios rurais ou periurbanos, sobretudo em locais onde não existe ainda rede de drenagem e saneamento de águas residuais, os sanitários secos ou de baixo fluxo com reutilização de águas residuais e/ou pluviais poderão apresentar-se como uma solução de saneamento técnica e economicamente viável, mais ecológica e sustentável.

Com o objetivo de aprofundar e disseminar o conhecimento sobre a instalação e operação destes sistemas, a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESA-IPVC) desenvolveu e implementou o projeto ECOSAN com o apoio do Fundo Ambiental (Educação Ambiental + Sustentável: Promover o uso eficiente da água) e a colaboração do CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental e o Portal da Construção Sustentável como parceiros estratégicos.

O projeto ECOSAN possibilitou a instalação, na ESA-IPVC, de uma sanita de baixo fluxo de água reutilizada (águas cinzentas) e/ou águas pluviais, com separação de urina e outros efluentes líquidos, que são posteriormente conduzidos para tratamento em leitos plantas, e encaminhamento da biomassa para uma unidade de compostagem. Este modelo afigura-se com um elevado potencial e interesse para implementação em unidades de turismo rural, casas de ecoturismo, explorações agrícolas, entre outros. Os recursos desenvolvidos no âmbito do projeto ECOSAN possibilitarão a transferência do conhecimento e a capacitação técnica dos agentes destes setores, bem como de estudantes e público em geral, com interesse nesta temática.

Palavras-chave: saneamento ecológico, sanita a seco, leitos de plantas, economia circular, nutrientes

R35.

A paisagem do Biota Estepário Cerealífero do Castro Verde

Jorge Manuel Vicente INIAV, jorge.vicente@iniav.pt

Resumo

O concelho de Castro Verde está integrado numa área a que tradicionalmente se dá o nome de Campo Branco. A palavra “*campo*” aparece-nos aqui como oposição a “*charneca*”. O concelho de Castro Verde localiza-se numa área aplanada, moderadamente ondulada, integrada na unidade morfológica fundamental da Alentejo, a peneplanície poligénica, moderadamente ondulada, talhada em formações do maciço antigo.

No Alentejo o topónimo “*campo*” designa os solos derivados de xisto, as chamadas “*terras galegas*”, solos pobres por serem delgados e terem baixa espessura efectiva. O “*Campo Branco*” (que abrange o concelho de Castro Verde) estava antigamente integrado na “*Comarca de Ourique*” também designado por “*Campo de Ourique*” de contornos muito mais alargados do que o actual concelho. Refere Francisco Neves (2001,p.6) que a área do Campo Branco corresponde à “*zona matricial do Campo de Ourique*” adiantando ainda “*Campo de Ourique e Campo Branco, actualmente, quase se equivalem*”.

A área do Campo de Ourique foi historicamente local de destino dos rebanhos transumantes proveniente da Serra da Estrela, de Espanha. A vinda dos rebanhos transumantes provenientes de Espanha, tinha relação com o funcionamento da “*Mesta*”.

O território que corresponde ao “*campo branco*” (de que faz parte o concelho de Castro Verde) é caracterizado pelo biótipo estepário cerealífero (Biótopo Corine de Castro Verde, com uma área de 80 000 ha). É a baixa densidade do arvoredor, um dos muitos elementos que caracterizam a paisagem agrária desta região. A uma baixa representatividade de montado de sobro e de azinho, contrapõem-se uma vasta área onde predominam os cereais praganosos de sequeiro, em regime de monocultura extensiva. O domínio da paisagem é dado à cultura de cereais, em campo aberto (sem árvores), em rotações largas, que aumentaram depois das Leis Proteccionistas de 1889 e de 1899 de Elvino de Brita, assim como a Campanha do Trigo de 1929.

Outro dos muitos importantes elementos do Biótipo Estepário Cerealífero consiste na presença de uma avifauna estepária, marcada pela sua diversidade e raridade. Sucede que se tem de conciliar a presença das aves com a produção. Foi este o ponto de partida para o estabelecimento do Plano Zonal de Castro Verde, implementado pela Liga para a Protecção da Natureza (LPN).

Palavras-chave: Castro Verde, Campo Branco; Transumância, Montado, Agricultura

R36.

Una aproximación a los valores y servicios ecosistémicos de tipo cultural de los bosques

Ana Maria Monsalve Cuartas, laoma468@gmail.com

Resumen

Los Servicios Ecosistémicos de tipo Cultural, son entendidos como *-los beneficios no materiales que los individuos o las comunidades humanas obtienen de los ecosistemas forestales a través de la identidad cultural, el sentimiento de apego al territorio, la experiencia y enriquecimiento espiritual relacionada con el entorno natural, el desarrollo cognitivo, las experiencias, la reflexión, entre otros-*¹; En muchos casos, los servicios culturales figuran entre los valores más importantes que las personas asocian con la naturaleza; es por ello fundamental comprenderlos e incorporarlos a los planes y programas de desarrollo y gobierno local, regional, nacional e internacional.

La identificación los valores y servicios culturales de los bosques, constituyen una herramienta que aporta y puede incorporar percepciones, conocimientos y consideraciones territoriales de las comunidades indígenas locales al desarrollo, manejo y conservación de las áreas forestales, con vocación forestal o en proceso de recuperación de impactos ambientales, y a nivel internacional con la planificación, diseño y ejecución de corredores bióticos y áreas de preservación, conservación y restauración, reconociendo así el patrimonio biocultural que representan los bosques y selvas en el Mundo.

Arboles y bosques para muchas comunidades indígenas en América tienen un alto valor cultural. Se realiza una identificación y aproximación de algunas de ellas en Mesoamérica y Suramérica. Su identificación, ayuda a la comprensión de un tejido social el cual, se articula y dialoga con los sistemas de flora y fauna de los bosques y selvas, y ayuda a conservar la biodiversidad en estos paisajes bioculturales.

Palabras clave: Patrimonio, Territorios, Sagrado, Arboles, Servicios Ecosistémicos

¹ Angarita Baez Jenny Alexandra (2016) Servicios ecosistémicos culturales del territorio Indígena del corregimiento la Pedrera, Amazonas-Colombia. Tesis para optar el Título de Magister en Desarrollo Sustentable y Gestión Ambiental. Universidad Distrital Francisco José de Caldas Facultad de Medio Ambiente y Recursos Naturales Bogotá D.C.

5.2. A SUSTENTABILIDADE NO MUNDO RURAL

R14.

Reflexões em torno do desenvolvimento sustentável

Manuel Belo Moreira, mbelomoreira@isa.ulisboa.pt

Resumo

Os 17 Objectivos para o Desenvolvimento sustentável (DS) da ONU definem as aspirações e prioridades globais para 2030. O DS é assim entendido como tendo uma dimensão global e, por consequência, exige soluções de âmbito também global, implicando considerações de colaboração ou competição transnacionais. Dimensão global que, obviamente, está intrinsecamente ligada às questões de poder que determinam as estratégias, ações ou omissões relevantes para o DS, por parte dos diferentes países. Mas o DS também tem uma dimensão nacional e local onde as questões geoestratégicas só raramente estão presentes e é a esta dimensão que esta reflexão se dirige. A constatação de que o DS é um problema a resolver mais não é do que o reconhecimento de que, até hoje, tanto o desenvolvimento promovido e exercido pelo Estado, como o desenvolvimento determinado pela lógica do Mercado falharam rotundamente. Falhas sentidas ao nível global mas também ao nível local onde apesar de décadas de políticas nacionais ou no caso da UE, as políticas voltadas para as zonas desfavorecidas (ZD), grande parte destas continuam com esse estatuto. Importa portanto procurar identificar as razões das falhas de Estado e do Mercado, o que compõe a primeira parte do texto. Para tal sublinham-se as razões que levam a que a lógica de Mercado, dominante, tem tido como resultado pouca atenção às externalidades inerentes à lógica e prática do empresariado capitalista. A segunda parte, mais especulativa, não é mais do que uma tentativa de identificar condições necessárias para o DS a nível local, particularmente para o que se designa como ZD. Para isso parte-se da ideia de que o DS exige não só a existência de mercados funcionais como requer uma indispensável intervenção estatal, não somente como regulador, mas como interveniente ativo na procura dos melhores meios de atingir o DS. As relações Estado-Mercado serão sempre campo de interpretações e avaliações diversas, nomeadamente em resultado das diferentes ideologias a requerer portanto a intermediação das regras da democracia enquanto definidoras das ações concretas do Estado na promoção do DS bem como da regulação do Mercado. Seguindo a inspiração de Ostrom sublinha-se ao papel da ação coletiva na procura de soluções com plena participação democrática das populações envolvidas e do conceito de coprodução enquanto forma de potenciar sinergias e ultrapassar viscosidades burocráticas. Chama-se ainda a atenção para a necessidade de inovar, não apenas nos produtos e serviços relevantes para as ZD, mas sobretudo nos processos que envolvem a intervenção do Estado e a participação das populações interessadas.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Externalidades; Custos Económicos, Sociais e Ambientais; Ação Colectiva; Lógicas e Dinâmicas Económicas

R23.

Despovoamento e novas paisagens rurais: que sustentabilidade para o território português?

Maria Antónia Pires de Almeida, CIES-IUL, mafpa@iscte-iul.pt

Resumo

Fruto de um movimento demográfico em direção às cidades do litoral e ao estrangeiro iniciado com maior intensidade nos anos sessenta do século XX, o despovoamento rural tomou conta da paisagem do interior de Portugal, dando origem a fenómenos com consequências gravíssimas para a população que ainda resiste a viver longe dos grandes centros. O contexto da globalização e da Revolução Verde introduziu um novo tipo de agricultura em Portugal baseada na concentração fundiária em muito maior escala que o tradicional latifúndio, onde se aplica a monocultura intensiva ou superintensiva, especialmente de olival e frutos vermelhos, com utilização excessiva de mecanização e químicas, baseada em mão de obra precária, sazonal e, na maior parte dos casos, estrangeira com situação irregular no país, e que esgota a água de barragens que durante décadas alimentaram regadios perfeitamente sustentáveis. Em simultâneo, a deficiente gestão da floresta e o flagelo dos incêndios colocam em perigo a sobrevivência das populações que ainda resistem a viver nos meios rurais. Temos assim uma contradição entre o que é anunciado e vendido pelo poder local e pelas agências de turismo como um país de paisagens, ambiente, património e gastronomia de grande qualidade e atração, e uma realidade de estufas, plásticos, matas queimadas, ervas por cortar à beira das estradas e, no Alentejo, o montado tradicional substituído por quilómetros sem fim de olival em forma de arbusto.

Atualmente, com anos de seca repetidos, a gestão da água tornou-se um dos principais problemas do planeta, e as questões ambientais e da qualidade de vida das populações deveriam estar na linha da frente das preocupações políticas. Temos assim um dilema de sustentabilidade social e ambiental que urge debater e trazer à atenção do público até agora pouco interessado nestas questões.

Analisam-se neste projeto os programas políticos do poder local e central para o meio rural e comparam-se com uma realidade bastante divergente do previsto.

Palavras-chave:

Despovoamento; Poder local; Programas políticos; Rural; Agricultura, Paisagens

R22.

Multifuncionalidade da agricultura enquanto instrumento de valorização de variedades ancestrais de cereais com potencial panificável

Filipe Lavrador, filipe.lavrador@netcabo.pt

Resumo

A terciarização do consumo alimentar reflete-se nas distâncias física e emocional a que se encontra o consumidor face a todos os ingredientes que utiliza na sua alimentação. Assim seja possível aproximar o consumidor do produtor através de um alimento tão tradicionalmente omnipresente como é o pão, conseguem-se alcançar de forma progressiva um conjunto de vantagens como o avivar da ligação humana aos alimentos, à sua sazonalidade e ao consumo local e o acesso dos produtores a um melhor fluxo de informação das principais tendências de consumo. Por conseguinte induz confiança junto do consumidor que, diante um grande número de alternativas, passa a poder decidir sem mais complicações de escolha, assim veja como o seu produto é trabalhado. Considerados esses factos, ensaia-se um conjunto de possíveis alternativas, com base no pão enquanto elo, para a manutenção de uma identidade viva do espaço rural e do seu património, evidenciando que dessa forma se pode tornar possível a recuperação de património genético, utilizando um conjunto de métodos de dinamização e de diversificação da economia rural pela via da multifuncionalidade dos territórios. Este elo permitirá explorar o potencial da cadeia que se estabelece do grão ao pão, promovido pela aproximação do consumidor ao agricultor, ao moleiro e ao padeiro. O processo do grão ao pão inclui várias ligações do tipo bidirecional, pois nem sempre o padeiro utiliza somente uma farinha que o seu moleiro lhe fornece, nem o moleiro tem sempre toda a farinha desejada pelo padeiro, simplesmente porque nem sempre o agricultor possui os grãos que a tornam possível. A força que nasce junto da comunidade consumidora, curiosa por experimentar o que no passado fora o suporte das populações e curiosa por conhecer as tecnologias de produção, é orientada para induzir ao consumo de um conjunto de pães de características exclusivas e utilizando métodos tradicionais de padaria, nomeadamente a fermentação natural e prolongada. A conciliação desta oferta com as emergentes tendências alimentares, gera a massa crítica suficiente que permita à cadeia de atores acima mencionada a produção da matéria-prima necessária, da qual se salientam no casoestudo deste ensaio, os trigos das variedades 'Barbela', 'Preto-amarelo', 'Mocho', 'Maçaruco' e 'Lobeiro'. A par deste contexto, a garantia da sustentabilidade desta cadeia é materializada pela exploração da multifuncionalidade do território de produção. O serviço que agricultura presta na manutenção da paisagem e na preservação do património genético e edificado, constitui um recurso valorizado através da organização de visitas de estudo às searas, aos moinhos e às padarias, da oferta de oficinas de partilha de conhecimentos e metodologias, entre outros. Tal oferta combinada, constituirá um financiamento das atividades agrícolas, moleiras e padeiras pela valorização do seu papel social e ambiental no território.

Palavras-chave: Variedades Ancestrais de Cereais; Montejunto; Moinhos; Padaria; Panificação; Moleiro; Biodiversidade; Património Genético; Património Edificado; Paisagem.

5.3. BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DE RAÇAS AUTÓCTONES

R69.

Paisagens culturais: situação atual e perspectivas zootécnicas da criação de bovinos de raça Maronesa

Marieta Carvalho, CIMO/ESA/IPB, carvalho@ipb.pt

Resumo

A paisagem engloba os seus múltiplos elementos como: o solo, a água, as plantas, os animais e o Homem. Esta está em constantes modificações resultantes da ação do Homem e da própria natureza. Atualmente o planeta Terra possui mais de 7 500 milhões de pessoas, com uma projeção de mais de 8 500 em 2030 (FAO; 2019). Com este crescimento populacional, aumentam as necessidades alimentares para um volume restrito de recursos. Para além disso, temos de produzir alimentos de modo sustentável. Temos de criar empresas capazes de produzir mais e criar maior riqueza com a menor quantidade de efeitos negativos no ambiente. Para isso a empresa tem de ser viável do ponto de vista: 1) ecológico, protegendo a integridade dos recursos naturais; 2) económico, ser rentável para o produtor e; 3) social, ser socialmente aceitável, criando emprego, respeitando o bem-estar das pessoas e dos animais.

Neste contexto, vamos apresentar este trabalho com ênfase na produção animal, mais especificamente, na criação de bovinos de raça Maronesa, fazendo uma análise da situação atual e perspectivas zootécnicas, com referência às suas múltiplas funções: produtor de alimentos, produtor de trabalho, combate aos incêndios através do pastoreio, utilizações lúdicas, turísticas e, elemento da paisagem onde vivemos.

Palavras-chave:

Património Cultural; Sustentabilidade; Bovinos; Raça Maronesa; Paisagem

R39.

Transformações no mundo rural português, a patrimonialização da tauromaquia e os direitos dos animais não-humanos: o caso das chegas de bois no Norte de Portugal

Cristiano Pereira, ISCTE-IUL/NOVA-FCSH/CRIA, camgp1991@gmail.com

Resumo

Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 70, a realidade do mundo rural em Portugal passou por profundas mudanças (note-se aqui o aumento dos subsídios e capacidade financeira das populações), que se manifestam nas mais diversas práticas econômicas e simbólicas, mudando as formas de pastoreio e, como consequência, também alterando as chegas de bois, uma forma de luta animal entre dois touros que até então ocorriam entre animais pertencentes à comunidade e que agora ocorrem entre animais de proprietários privados.

É também nos anos 70, com o trabalho de Peter Singer, que a consciência pela defesa dos direitos e da dignidade dos animais não-humanos se começou a generalizar. Isto levou a uma maior oposição a práticas que vão contra o bem-estar dos animais não-humanos, críticas reforçadas quando estas práticas apresentam um caráter cultural e patrimonial e que podem, hoje em dia, após a Convenção da UNESCO de 2003, ser salvaguardadas, mesmo que apenas a nível nacional.

Com base nestes três pontos, pretende-se, neste trabalho, recorrendo principalmente a métodos qualitativos e a uma perspetiva crítica, responder às seguintes questões: Qual é o atual estado das chegas de bois e quais são as principais mudanças que ocorreram nessa manifestação ao longo dos anos? Quais são as críticas feitas a esses combates por defensores dos direitos dos animais? Foram tomadas medidas para salvaguardar as chegas de bois? E de que forma outras medidas de patrimonialização seriam aceites por vários setores da sociedade?

Palavras-chave:

Tauromaquia; Património Cultural Imaterial; Norte de Portugal; Direitos dos animais não-humanos

R37.

O Garrano: património e potencial paradigma paisagístico do território português- desafios e oportunidades

Rui Pinto, CETRAD/UTAD, ruipinto@utad.pt

Ana Marta-Costa, CETRAD/UTAD, amarta@utad.pt

Filipa Torres-Manso, CETRAD/UTAD, ftorres@utad.pt

Resumo

O Homem tem sido um dos principais responsáveis pela alteração da paisagem., que se vem observando ao longo de vários milhares de anos. Juntamente com o Homem, a atividade pastoril, com a sua origem reconhecida no terceiro milénio (3000-2000 a.C.), terá sido, a partir do I mil a. C, determinante para uma significativa alteração da paisagem no norte e centro de Portugal. A importância da pastorícia em Portugal é, igualmente, relatada nos textos dos primeiros forais, e representava um papel preponderante na economia, fruto do contributo diverso que dispensava para os mais variados fins.

Porém, nos últimos 100 anos, esta realidade, associada às condições fito-climáticas do território português e a diversos fenómenos de ordem socioeconómica, vieram desencadear, em certa medida, um novo paradigma na forma de atuar nos espaços rurais. A migração (do interior para o litoral), o despovoamento rural, o envelhecimento populacional e a consequente ausência de gestão e uso dos espaços agroflorestais, teve como resultado imediato a redução da atividade agropecuária e a acumulação de biomassa altamente combustível, densa e concentrada em áreas contíguas, aumentando o risco dos incêndios rurais, ao mesmo tempo que atenta contra a biodiversidade e sustentabilidade de ecossistemas diversos.

Várias práticas têm sido utilizadas para gerir a acumulação de biomassa, destacando-se a limpeza mecânica, a utilização do fogo controlado e o pastoreio com diferentes espécies animais. É o caso do uso da raça de equídeos autóctone portuguesa Garrano para a preservação da paisagem. O Garrano é hoje motivo de interesse, não apenas pelo património histórico, cultural e genético que representa, mas também pelas oportunidades e desafios que apresenta no desenvolvimento de estratégias orientadas para a sustentabilidade social, económica, ambiental e paisagística de diversos territórios.

Tendo por base o projeto Interreg SUDOE SOE2/P5/E0804 – OpentoPreserve, este trabalho tem como objetivo principal compreender o atual regime de criação do Garrano, avaliar os constrangimentos e potencialidades na valorização e promoção desta raça equina autóctone e enquadrar a criação do Garrano numa perspetiva multiusos, designadamente, na preservação de habitats e ecossistemas florísticos e faunísticos, na defesa da floresta contra incêndios e em diferentes atividades equestres relacionadas com o ecoturismo e a hipoterapia.

Para o efeito foram desenvolvidas um conjunto de entrevistas a criadores, empresas e associações, ligados ao Garrano, com o objetivo conhecer melhor as estratégias que estão a ser desenvolvidas no âmbito da proteção e valorização desta raça equina. Como resultado, sugerem-se possíveis estratégias novas (ou modificadas), para que estes animais possam ser aproveitados duma forma sustentável, na gestão do território, no seu ordenamento, no desenvolvimento local e, de uma forma concertada, na prevenção de incêndios.

TEMA 6. TURISMO E USOS ALTERNATIVOS DO ESPAÇO RURAL

6.1. TURISMO CULTURAL

R10.

Modelos de Gestão das Paisagens Culturais: a experiência das paisagens culturais portuguesas classificadas pela UNESCO

Ana Isabel Regado Vaz, FCUP, anaregadvaz@protonmail.com
Maria José Dias Curado, FCUP/CIBIO/InBio, mcurado@fc.up.pt

Resumo

As Paisagens Culturais, inscritas na Lista de Património Mundial da UNESCO, são classificadas por assumirem valores patrimoniais, materiais e imateriais, únicos, que justificam o seu reconhecimento mundial. No entanto, a grande pressão humana a que as Paisagens Culturais estão sujeitas, tanto no âmbito do desenvolvimento socioeconómico como político, exige que sejam desenvolvidos mecanismos que garantam a salvaguarda dos valores excecionais que caracterizam estes Bens.

As paisagens culturais portuguesas, nomeadamente a Paisagem Cultural de Sintra, o Alto Douro Vinhateiro e a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, são muito diferentes entre si, tanto ao nível de dimensão, como ao nível dos critérios que levaram à sua inscrição na Lista de Património Mundial da UNESCO. Assumindo o carácter essencialmente artístico da primeira, e o carácter agrícola das duas últimas, entende-se como fundamental que os organismos responsáveis pela sua gestão reajam no sentido de conciliar os interesses económicos e de desenvolvimento com a preservação das Paisagens Culturais, de forma equilibrada.

As principais dificuldades que as paisagens culturais portuguesas enfrentam atualmente, são a inexistência do reconhecimento do conceito de Paisagem Cultural na legislação nacional e, conseqüentemente, a ausência de um modelo que apresente as linhas orientadoras para a gestão destes Bens. Esta lacuna legislativa resulta na utilização de instrumentos, de gestão ou de desenvolvimento territorial, heterogéneos, que nunca são completamente adequados à gestão das Paisagens Culturais. Tal se traduz também no desenvolvimento diferenciado dos respetivos modelos de gestão, quer ao nível dos elementos que os sustentam (enquadramento legal, enquadramento institucional e recursos disponíveis) como dos processos que os irão concretizar (planeamento, implementação e monitorização). Esta divergência assume, naturalmente, resultados distintos, com maior ou menor grau de concretização do objetivo de salvaguardar os valores patrimoniais inerentes a cada Paisagem Cultural classificada pela UNESCO.

A comunicação pretende apresentar uma reflexão comparativa e crítica sobre os modelos de gestão presentes nas três paisagens culturais portuguesas classificadas pela UNESCO, dando orientações e sugestões para a melhoria de cada um deles.

Palavras-chave: UNESCO; Paisagem Cultural; Património; Modelos de Gestão

R46.

Marcos da transformação das paisagens nos Açores: entre a cultura e a natureza

Rute Dias Gregório, CHAM/UNL-UAc, rute.ir.gregorio@uac.pt

João Mora Porteiro, CIBIO-Açores-UAc, joao.jm.porteiro@uac.pt

Resumo

O recente *boom* turístico no arquipélago dos Açores assenta no chamado turismo de natureza, onde as paisagens de verde, água e mar surgem como o principal capital da Região. Apesar da componente cultural das ilhas se encontrar também presente, nomeadamente nos planos e programas diretores como o POTRAA (Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores), a respetiva valorização ainda é bastante incipiente e, geralmente, existe uma grande falta de consciência e perceção dos elementos culturais e humanos dessas mesmas paisagens.

A presente comunicação pretende discutir e relevar, a par de outros, elementos históricos, sociais e culturais das paisagens das nove ilhas dos Açores, com incidência em São Miguel, Terceira e Faial. Desde o povoamento no século XV, o arroteamento, a humanização do espaço, a valorização de produções agrícolas como o trigo, a vinha, o pastel, a laranja, a criação de gado, mas também a introdução de espécies como a criptoméria, as hortências e muitas outras oriundas de paragens longínquas, em diferentes tempos e cronologias, constituem marcos fundamentais de uma construção secular. Neste conspecto, o produto “natureza” nos Açores tem uma forte e indelével componente humana, histórica, económica, social, política e cultural, que importa ressaltar e dar a conhecer, como um integrado e autêntico património das ilhas.

No quadro da construção de uma imagem de marca turística para os Açores há, pois, que, a par da sustentabilidade, conferir-lhe uma maior autenticidade, relevando as componentes culturais e humanas dessa construção. Apenas entre a cultura e a natureza, numa síntese que tem componentes históricas, geográficas e humanas, se podem verdadeiramente definir e promover as paisagens açorianas.

Em suma, os Açores constituem um verdadeiro caso de estudo, não pela naturalidade das suas paisagens, mas sobretudo pela harmonia entre os elementos construídos pela mão humana num território singular marcado pelo vulcanismo e insularidade. A crescente afirmação da indústria do turismo na débil economia regional resulta, em boa parte, do destaque conferido pelas agências internacionais, que classificam estas ilhas como “um dos segredos mais bem guardados”.

Palavras-chave:

Açores; Paisagens; Cultura; Natureza; Património

R33.

Vilarinho da Furna: um projeto turístico de desenvolvimento sustentável

Manuel de Azevedo Antunes, AFURNA/CPES/ULHT, mantunes@ulusofona.pt

Resumo

Vilarinho da Furna era uma pequena aldeia da freguesia de S. João do Campo, do concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, em Portugal, vizinha da Galiza.

Provavelmente de origem romana, é possível que alguns dos traços da maneira de viver do povo de Vilarinho se filiassem na cultura dos povos pastores e ganadeiros indo-europeus, possivelmente lá introduzidos por migrações pré-romanas e reforçados pelas invasões suevas.

Não fosse a sua riqueza etnográfica e a construção da barragem que pôs termo à sua existência e Vilarinho da Furna seria, hoje, uma aldeia esquecida, anónima como o seu passado, qual pérola perdida na vastidão das serras do Minho. Mas tal não aconteceu porque os olhos dos etnólogos descobriram em Vilarinho uma relíquia da velha organização comunitária, hoje agonizante, mas outrora muito difundida na Europa. Mesmo sem ser um caso único, o comunitarismo de Vilarinho era, pelo menos, um caso invulgar. Os traços fundamentais deste sistema comunitário situavam-se ao nível das condições económicas e da organização social. Até que uma Companhia construtora de barragens chegou, montou os seus arraiais e meteu mãos à obra. A barragem foi inaugurada em 21 de maio de 1972.

Os anos passaram e, hoje, os furnenses estão organizados na Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna - AFURNA, criada em outubro de 1985, que tem por objetivo a defesa, valorização e promoção do património cultural, coletivo e/ou comunitário do antigo povo de Vilarinho. Esse património é, fundamentalmente, constituído pelas componentes histórico-cultural e socioeconómica. Daí as tarefas e/ou ações a desenvolver nas áreas da cultura, da formação, da investigação científica e do desenvolvimento económico-social, em articulação com o Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, entretanto criado.

Nesse Museu pretende-se, principalmente, documentar a vida de Vilarinho da Furna, nas suas semelhanças e diferenças com outras aldeias da região. E fazer dele um Centro Cultural polivalente, com as necessárias infraestruturas para o desenvolvimento cultural e científico, ao serviço das populações em que se insere.

Neste momento, é preocupação dos antigos habitantes de Vilarinho da Furna proceder a um aproveitamento integral do seu património, nomeadamente o económico, constituído por uns 2000 hectares de terreno. A implementação deste projeto, nas suas diversas componentes, reveste-se de singular interesse. De facto, trata-se de um projeto integrado, que transformará esta zona num importante polo de desenvolvimento regional sustentável, com inestimáveis benefícios, não apenas para as populações aí residentes, mas para o próprio país, com inegáveis repercussões internacionais.

Palavras-chave:

Ambiente; Cultura; Desenvolvimento Sustentável; Museu; Turismo. Vilarinho da Furna

R41.

Aspectos alternativos do uso espaço rural: o turismo no município de Praia Grande, Santa Catarina, Brasil

Samoel Benedet Citadin, UNESCO, samoelcitadin@hotmail.com

Dimas de Oliveira Estevam, UNESCO, doe@unesco.net

Giovana Ilka Jacinto Salvaro, UNESCO, giovanailka@gmail.com

Resumo

O turismo em espaços rurais tem sido uma alternativa importante no desenvolvimento rural brasileiro, por proporcionar trabalho e renda para a população rural. Com isso, proporcionar melhor qualidade de vida, além de diminuir a pressão sobre o êxodo rural. Assim, diversos recursos dos territórios rurais tem sido utilizados para atividades turísticas. Nesse aspecto, têm realce aqueles vinculados aos atributos naturais, igualmente importante os aspectos históricos, gastronômicos, culturais, entre outros.

Em meio aos recursos que ancoram a promoção de atividades turísticas, destacam-se os acidentes geográficos ou relevo peculiares, com diferentes aspectos. Ilustra-se o Grand Canyon, nos EUA, a Cordilheira dos Andes, na América do Sul, os Alpes, na Europa, as Cataratas do Iguazu, na divisa do Brasil com a Argentina. No Sul do Estado de Santa Catarina, mais precisamente no município de Praia Grande destaca-se conjunto de cânions, com inegável destaque em nível Latino-americano. O local registra maciços, com alturas de 1.400 metros, de paredões rochosos, rios e cachoeiras, no Parque Nacional de Aparados da Serra.

Diante disso, o município de Praia Grande tem fluxos expressivos de visitantes motivados pelo interesse em conhecer o referido patrimônio natural, com práticas de turismo de aventuras e ecoturismo, haja visto a existência de inúmeras atrações. O presente estudo aborda o tema referido, procurando caracterizar Praia Grande como destino turístico, tendo reflexos socioeconômicos no meio rural.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza descritiva, com levantamento teórico e documental envolvendo, respectivamente, material bibliográfico diversificado e dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), prefeitura Municipal de Praia Grande, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), entre outras fontes.

Os resultados demonstram que o município recebe visitantes oriundos de vários estados brasileiros e de diversos países. A oferta de serviços turísticos (hospedagem, guias, alimentação, entre outros) tem crescido continuamente desde do início dos anos 2000. Além disso, se destaca o trabalho da ACEVAM (Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba) na promoção da agroecologia, visto ser o elo integrador entre agricultores e turistas, por ofertar produtos agroecológicos, proporcionando fonte de renda aos agricultores

Palavras-chave:

Turismo Rural; Agricultura familiar; Sustentabilidade

6.2. TURISMO RURAL E TURISMO DE NATUREZA

R53.

Desafios e oportunidades no contexto agroturístico - Projetos colaborativos

Cristina S. C. Calheiros, CIIMAR/UP, cristina@calheiros.org

Paula M. L. Castro, ESB/UCP, plcastro@porto.ucp.pt

Resumo

A gestão da água é um dos grandes desafios do século XXI, elencada nos objetivos para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, com particular relevância nas pequenas e médias produções agrícolas que tipicamente são mais vulneráveis, principalmente pelo impacto das alterações climáticas. Também a sustentabilidade energética é um fator de preocupação, convergindo para o uso de fontes de energia renováveis em detrimento dos combustíveis fósseis. Em contexto rural a gestão dos ciclos da água ganha importância acrescida principalmente quando se considera atividades agroturísticas, sendo necessário assegurar a qualidade da água para consumo e para as explorações agrícolas.

É fulcral que se estabeleçam projetos colaborativos, de investigação científica e inovação tecnológica, entre instituições do ensino superior e entidades de cariz agroturístico por forma a alavancar o potencial económico em consonância com o uso sustentável dos recursos naturais, tendo em consideração as especificidades de cada território. Neste contexto é apresentado um caso de estudo de uma unidade agroturística - Paço de Calheiros - em que foi aplicada uma metodologia circular de tratamento de águas residuais (domésticas e vitivinícolas), com base biotecnológica, para a sua melhoria e reutilização, criando uma forma inovadora de gerir os recursos hídricos com impacto positivo na economia, no ambiente e na comunidade local. Para além disso, em termos energéticos foi também adotada uma estratégia de aproveitamento da energia solar, através de painéis fotovoltaicos, e hídrica, através de uma mini-hídrica incorporada num antigo moinho.

Pretendeu-se que o projeto implementado tivesse repercussões em várias componentes para além da económica, nomeadamente no tratamento efetivo das águas residuais para posterior reutilização, na gestão integrada de recursos e poupança do recurso primário (água), na eficiência e sustentabilidade energética. O envolvimento da comunidade foi fulcral para a disseminação de boas práticas e integração destas ações.

Palavras-chave:

Turismo; agroturismo; investigação científica; inovação tecnológica

R47.

Slow Travel Açores e Madeira: oportunidade e realidade

Catarina Varão, catarina.varao@th2.com.pt

Resumo

O movimento Slow (Slow Travel, Slow Food, Slow Living) apresenta-se como uma alternativa de estilo de vida e de viagens- estas que se sabem muito similares na sua forma já que o destino é que concentra, normalmente, a maioria da experiência, sendo o meio de transporte sempre o mais rápido (o avião, o carro) e por norma o mais poluente, onde a movimentação de turistas realiza-se em massas para visita a lugares e pontos de interesse designadamente turísticos, referidos nos guias de viagens como imperdíveis, ainda que com extensas filas de acesso pelos ávidos turistas pela prova de alcance do local, como um troféu. O objectivo geral deste projecto é investigar o movimento Slow Travel e respectivas *nuances* no arquipélago dos Açores e da Madeira, no sentido de compreender a realidade e as práticas actuais, que oportunidades poderá trazer este movimento e em que medida estão estes destinos atentos a novas oportunidades e formas de turismo. Procura-se identificar práticas ou preocupações de sustentabilidade em ambas as regiões considerando a qualidade de turismo praticado e iniciativas de sensibilização realizadas (conferências, debates, ensino escolar, esclarecimento ao turista e linguagem utilizada, etc). Para tal e como ponto de partida foi necessário identificar experiências e tours praticados, atitude geral em relação ao meio ambiente e a esta prática e demais definições. Pela sua especificidade, o perfil de turista (slow traveler) adopta uma atitude slow, viajando a seu ritmo mesmo em viagens organizadas (como as organizadas pela empresa canadiana Butterfeld & Robinson) sem a corrida desenfreada para o registo fotográfico do ponto turístico visitado, nem agenda demasiado preenchida com tours, visitas e participação em actividades como muitas vezes acontece em viagens organizadas comuns.

Palavras-chave:

Eco-turismo; Slow Living; Slow Travel; Turismo Alternativo; Desenvolvimento Territorial

R42.

Conhecer os limites e as potencialidades da paisagem agrária do Parque Natural do Tejo Internacional: O caso do Olival

Dora Ferreira, UNEX, drodrigucc@alumnos.unex.es

José Manuel Sánchez Martín, UNEX, jmsanche@unex.es

Resumo

O olival permanece ativo em muitas regiões do mediterrâneo preservando as mesmas técnicas e tradições e, simultaneamente, dá impulso a uma indústria próspera onde novo conhecimento e novas tecnologias são aplicadas. Porém, apesar do olival contemplar a lista do património da humanidade da UNESCO, com interesse de preservação e desenvolvimento, existem paisagens olivícolas com marcas do tempo e do abandono observado nas áreas rurais durante as últimas décadas. A “triologia” natureza, património e cultura confere ao olival o cenário perfeito para ancorar novos usos do território, designadamente com dinâmicas turísticas que valorizem os produtos, a gastronomia, os elementos da paisagem e o seu usufruto em comunhão com as comunidades locais. Esta simbiose pode ser alcançada através das modalidades de agroturismo, ecoturismo ou mesmo agroecoturismo, assente na valorização das atividades agrícolas, natureza e sustentabilidade, que inclui a valorização ambiental, económica e social das comunidades rurais.

O Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) contempla uma riqueza natural invulgar, onde se destaca do mosaico paisagístico: o montado, os bosques típicos do mediterrâneo com forte presença da azinheira e os terraços de olival, especialmente nas encostas dos rios Tejo e Ponsul com o sustento dos tradicionais muros de pedra de xisto. O olival e todo o património que agrega, natural e cultural, afigura-se como um recurso fundamental para o turismo, especialmente num contexto territorial de fronteira. Porém, da mesma forma que se desconhecem os limites geográficos da sua extensão, também se desconhece o seu potencial turístico, seja por via da valorização cénica da paisagem, seja dos produtos e gastronomia ou tradições associadas. Por isso, o presente trabalho pretende apresentar os resultados preliminares da investigação sobre as ligações entre turismo e agricultura em territórios de fronteira partindo da análise do potencial do olival como recurso turístico.

Palavras-chave:

Património natural; Património imaterial; Turismo sustentável; Análise espacial multicritério; Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

R40.

Ecoturismo na região da Beira Baixa: uma abordagem metodológica para determinação do potencial ecológico com recurso a um Sistema Espacial de Apoio à Decisão

Luís Quinta-Nova, IPCB/CERNAS, Inova@ipcb.pt

Dora Ferreira, UNEX, drodriguca@alumnos.unex.es

Resumo

O ecoturismo pode contribuir para a conservação dos valores ambientais, bem como para o desenvolvimento de sinergias positivas entre agentes do setor do turismo, turistas, biodiversidade e população local. O crescente interesse de ofertas turísticas que apoiem a economia local e com impactos sociais e ambientais mínimos, traduz-se numa vantagem competitiva para os territórios de baixa densidade onde os valores naturais e culturais se encontram ainda preservados. Com base nesse princípio, no âmbito do presente estudo pretende-se avaliar o potencial dos recursos naturais existentes na região da Beira Baixa, que possam ancorar a criação de produtos turísticos que respeitem os critérios fundamentais do ecoturismo.

A identificação das áreas com aptidão para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, bem como das suas condicionantes, foi efetuada com base na integração de um conjunto de critérios com recurso a ferramentas de análise espacial multicritério em ambiente SIG. Para o efeito foram integrados os seguintes descritores: riqueza de aves nidificantes, número de espécies de plantas e animais com estatuto de conservação, área com estatuto de conservação da natureza (áreas protegidas e áreas classificadas), diversidade paisagística (índice de diversidade de *Shannon*), densidade da rede viária, e área ocupada com corpos e cursos de água. Os critérios foram classificados em três níveis de aptidão, calculados mediante a aplicação do Processo Analítico Hierárquico.

Recorreu-se, assim, à análise da biodiversidade endémica, quer vegetal, quer animal, considerando as de maior interesse para fomentar experiências naturais de qualidade. Foi avaliado o potencial para as diferentes freguesias da região, considerando as atividades que valorizam os cursos de água, para as práticas de “banhos de floresta”, as atividades de educação, desde as relacionadas com a observação de flora e fauna, como é o exemplo a observações de aves e, ainda as experiências ativas que requerem maior proximidade com o território por parte dos turistas e que tem como base a prática, desportiva ou em contextos de lazer, de pedestrianismo e/ou ciclismo.

Os resultados obtidos revelam que a região da Beira Baixa tem aptidão elevada para a prática de atividades de ecoturismo, dado o elevado património natural e ambiental, fatores destacados como distintivos para práticas de turismo sustentável. Considera-se que a informação produzida no estudo poderá ser útil para o delineamento de novas políticas de valorização dos recursos naturais através do turismo alternativo e sustentável.

Palavras-chave:

Património natural; Potencial turístico; Turismo sustentável; Análise Espacial Multicritério; Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

R58.

Pedestrianismo e turismo de natureza. O exemplo do “Pampilhosa da Serra Walking Weekend”

Paulo Carvalho, CEGOT/UC, paulo.carvalho@fl.uc.pt

Luiz Alves, CEGOT/UC, luiz.alves@uc.pt

Resumo

A estruturação da oferta de turismo de natureza, nomeadamente em meio rural, e em particular para os segmentos integrados nos produtos *Cycling and Walking* (BTT, cicloturismo, pedestrianismo, *trail running*, entre outros), é um dos pilares da política nacional definida pelo PENT e, mais recentemente, pela Estratégia Turismo 2027, para o turismo de natureza, com o intuito de melhorar as condições de visitação, qualificar os territórios e os seus ativos humanos (formação). Com previsões de crescimento sustentado nos próximos anos, poderá contribuir decisivamente para a afirmação internacional de Portugal neste segmento turístico, sobretudo quando integrado em redes com expressão sub-regional e supramunicipal, como os casos dos produtos Aldeias Históricas e Aldeias do Xisto, e na valorização dos seus recursos ecoculturais (onde as áreas protegidas e/ou classificadas, o património paisagístico e os valores culturais, são ativos-chave de diferenciação).

Neste contexto, destaca-se o pedestrianismo, com uma grande popularidade e em crescimento – como exemplo, recordar que só os Alpes registam cerca de 10 milhões de pedestrianistas/ano –, contribuindo para o efeito, o facto de ser uma atividade de baixo custo para o praticante, pouco exigente em termos físicos, podendo ser praticada por um largo espectro social e geracional, permitindo um contacto intenso com os territórios e a vivência de experiências de grande valor simbólico.

Os festivais de caminhadas encontram-se entre as formas de valorização dos percursos pedestres, contribuindo para a animação da estrutura económica local, promoção territorial e dos seus recursos ecoculturais, redução do efeito de sazonalidade e aumento da interação entre turistas e residentes. Inseridos em programas estruturados, com dois ou mais dias de atividades contínuas nos territórios através de experiências únicas, têm apresentado um crescimento ao longo dos últimos anos, com especial destaque para o “Gran Canaria Walking Festival” (um dos eventos europeus de maior nomeada no universo do pedestrianismo), bem como o “Walking Festival Ameixial” (Algarve) e o “Pampilhosa da Serra Walking Weekend” (Centro), os dois eventos nacionais de maior escala e com mais edições contínuas em Portugal.

O “Pampilhosa da Serra Walking Weekend” alcançou em 2019 a sua 4.^a edição, contando com um total acumulado de 439 participantes (em média quase 110 pessoas/ano), dos quais 50,3% têm entre 30 e 49 anos de idade, maioritariamente provenientes das regiões Centro (49,4%) e Lisboa e Vale do Tejo (35,1%), contribuindo o festival para que o pedestrianismo assumira uma dimensão turística em Pampilhosa da Serra, pelo facto de 79,3% dos participantes participar nos três dias programados, o que conseqüentemente se traduz na necessidade de alojamento, para além de aquisição de outros bens e serviços em torno do setor do turismo.

SESSÕES ORGANIZADAS

SESSÃO 1. OBSERVATÓRIOS DE PAISAGEM, DESAFIOS PARA ALÉM DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Proponentes:

Maria da Graça Saraiva, CIAUD/FA/UL, gsaraiva@sapo.pt
Isabel Loupa Ramos,

Resumo da sessão organizada:

O conceito de Paisagem Cultural tem sido utilizado sob diversos pontos de vista, desde os associados à investigação teórica nos domínios das abordagens territoriais, das intervenções técnicas e administrativas da gestão do património natural e cultural, ou das reflexões sobre aspetos ligados ao património imaterial, espiritual, identitário. No essencial, contempla os territórios sucessivamente alterados pelos humanos através das suas atividades. Refere-se, por vezes, ser um conceito demasiado abrangente, ambíguo, que se sobrepõe ao próprio conceito de paisagem, dado que, na atualidade, não é possível considerar a existência de paisagens pristinas, dada a globalidade dos fenómenos e impactes humanos a nível planetário. No entanto, o uso deste termo foi institucionalizado no âmbito das políticas de conservação, através da sua adoção pelo Comité do Património Mundial da UNESCO, criando o estatuto de ‘Paisagem Cultural’.

O conceito de Paisagem conforme estabelecido pela Convenção Europeia da Paisagem (CEP) em 2000 é mais aberto, universal e simultaneamente local. Neste âmbito não caberá falar de paisagens culturais, porque todas o são, construídas e percecionadas pelos humanos, feias ou belas, comuns ou excecionais, apelando à sua proteção e gestão participadas. É nesse quadro, e seguindo recomendações emanadas da CEP, que têm surgido fóruns ou instituições, formais e informais, para a reflexão e desenvolvimento de ações visando o conhecimento, a gestão e a monitorização das paisagens, de forma participativa, a diversos níveis territoriais ou administrativos. Neste contexto, são enunciados os ‘Observatórios de Paisagem’ (OP) que, numa diversidade de formas organizativas e participativas, reúnem peritos, gestores, comunidades ou instituições para refletir sobre dinâmicas territoriais. Estas organizações têm-se desenvolvido por toda a Europa com estrutura, âmbito e objetivos diversificados. Recentemente foi lançada a ideia de um network, ‘Paisagens em rede, perspetivar o futuro dos Observatórios de Paisagem em Portugal’, envolvendo inicialmente 7 experiências em curso, no sentido de criação de uma rede nacional, integração em redes europeias, desenvolvimento de um modelo de governança e de uma ‘Agenda para a Paisagem’ que consolide os princípios e objetivos de uma gestão participativa nas políticas públicas neste domínio.

Esta sessão integra as comunicações de Observatórios de Paisagem participantes nesse *network*, abordando temas como linhas orientadoras e objetivos prosseguidos, modelos de governança e âmbito territorial, atividades desenvolvidas, recursos disponíveis e ameaças e oportunidades. Pretende-se que a análise destas experiências e a sua contextualização nos vários territórios, possa contribuir para o debate lançado neste congresso, visando a harmonização das heranças e desafios culturais na paisagem.

R21.

Museu da Paisagem: desafios para uma cidadania paisagística

João Gomes de Abreu, ESCS/IPL, jabreu@escs.ipl.pt

Maria João Centeno, ESCS/IPL, mcenteno@escs.ipl.pt

Helena Figueiredo Pina, ESCS/IPL, hpina@escs.ipl.pt

Ricardo Pereira Rodrigues, ESCS/IPL, rprodriques@escs.ipl.pt

Resumo

Englobando tanto os aspetos materiais como os aspetos imateriais e intangíveis, o conceito de paisagem é atravessado por uma rica rede de narrativas feita da interação, ao longo do tempo, das mais diversas atividades humanas no território natural habitado, vivenciado, sentido e culturalmente construído.

Sendo um sistema vivo, dinâmico e mutável, uma paisagem não pode ser congelada ou encerrada entre paredes, pois transborda e envolve as vidas dos seus atores sociais, sempre em permanente transformação.

A promoção do diálogo que a iniciativa “Observatórios de Paisagem, desafios para além do enquadramento jurídico” incentiva é um passo importante para uma ação concertada e coerente.

O propósito desta comunicação é o de partilhar o desafio da criação de um Museu da Paisagem, uma plataforma museológica (www.museudapaisagem.com) que pretende contribuir para a construção e manutenção de paisagens saudáveis, equilibradas nas suas diversas tensões e nos diferentes ecossistemas envolvidos. Este é um projeto inclusivo e participativo que pretende ser uma solução artística e cultural assente na valorização dos territórios, trilhando o caminho para uma cidadania paisagística cada vez mais desperta.

Palavras-chave:

Plataforma Museológica; Cidadania Paisagística; Paisagem; Comunicação

R17.

Plano de Paisagem das Terras de Coura: um ano de execução

Luís Brandão Coelho, Valminho Florestal/Observatório da Paisagem, brandao.coelho@sapo.pt

Pascal de Moura Pereira, Leiras do Carvalhal, Lda/Observatório da Paisagem, pascal.lacsap@gmail.com

Isabel Maria Matias, CEAA/Observatório da Paisagem, isabelmatias@vastus.pt

Resumo

O Plano de Paisagem (PP) das Terras de Coura decorreu entre 2016 e 2018, com uma forte participação da comunidade local, recorrendo à utilização de uma metodologia inovadora. Desta forma, resultou uma maior identidade territorial e apropriação das propostas pelos presumíveis beneficiários das mesmas. Ou seja, a população passou a ser um consciente ator participante decorrente das técnicas de comunicação aplicadas.

A presente comunicação pretende dar analisar os impactes resultantes do Plano de Paisagem no quotidiano da população nas suas diversas dimensões e escalas.

A partir da sistematização das ações propostas procura-se avaliar a influência dos conteúdos do PP nos processos de decisão da autarquia, das organizações e dos particulares, ou seja, em que medida a elaboração do Plano de Paisagem condicionou a atitude quotidiana da comunidade.

A materialização desta avaliação decorre, para o 1º ano de implementação, da quantificação da execução das medidas propostas, bem como, de outras ações/medidas ou projetos concebidos que tiveram na sua génese a ponderação dos conteúdos do Plano de Paisagem.

A partir dos resultados obtidos pretende-se construir uma matriz de indicadores e meios de verificação devidamente quantificados.

Palavras-chave:

Paisagem; Plano de Paisagem; Identidade Territorial; Comunicação

R70.

Observatório da Paisagem da FCUP – Passado, Presente e Futuro

Maria José Curado, FCUP/CIBIO, mcurado@fc.up.pt
Teresa Marques, FCUP/CIBIO, teresamarques@fc.up.pt
Carla Gonçalves, FCUP, cgoncalves@fc.up.pt

Resumo

O Observatório de Paisagem da FCUP, criado em Outubro de 2017, foi concebido como um centro de pensamento e ação em relação à paisagem. Estuda a paisagem, desenvolve instrumentos para a sua monitorização, prepara propostas e sensibiliza a sociedade para uma melhor proteção, gestão e planeamento da paisagem no contexto do desenvolvimento sustentável.

Este Observatório tem por base: (1) uma das missões da FCUP “criação, transmissão e difusão da ciência, da tecnologia e da cultura”; (2) a aprovação em 2015 da Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem onde são identificados linhas orientadoras, objetivos e medidas de implementação relacionadas com a educação para a paisagem, participação e sensibilização estimulando uma cultura de cidadania; (3) a assinatura pelo estado Português da Convenção Europeia da Paisagem comprometendo-se a “promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio”; e como medidas específicas identifica: sensibilização, formação, educação, identificação e avaliação.

Neste contexto, esta comunicação tem como objetivo dar a conhecer o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos dois anos, identificando os principais constrangimentos com que uma estrutura desta natureza – observatório de paisagem – se tem confrontado e partilhar as perspetivas de futuro.

Palavras-chave:

Paisagem; Observatório; Educação; Monitorização

R73.

Observatório da Paisagem da Charneca: explorar identidades e conhecimento

Maria da Graça Saraiva, CIAUD/FA/UL, OPC, gsaraiva@sapo.pt

Isabel Loupa Ramos, CITUA/IST/UL, OPC, isabel.ramos@tecnico.ulisboa.pt

Carlos Amaral Netto, Florecha, OPC, carlosamaralnetto@gmail.com

Resumo

O Observatório da Paisagem da Charneca, Associação (OPC) é uma associação sem fins lucrativos com o objetivo de promover o conhecimento da paisagem da Charneca do Tejo, visando contribuir para incrementar a sensibilização da sociedade civil para o seu valor.

A atividade centra-se na constituição de redes e parcerias. Para isso, tem procurado posicionar-se como *hub* de transferência de conhecimento sobre a paisagem da charneca, entre a comunidade local, a universidade e o público em geral, através da organização de programas que beneficiam o encontro entre as pessoas e a paisagem, onde todos se posicionam à vez enquanto criadores e beneficiários de conhecimento.

A sede do Observatório integra-se numa exploração agro-silvo-pastoril representativa da paisagem da Charneca no concelho da Chamusca, integrando usos de solo e ecossistemas de exploração florestal de montado e eucalipto, criação extensiva de gado ovino, culturas de regadio, e um ecossistema ribeirinho.

A paisagem da Charneca assistiu a grandes transformações, a primeira derivada da Campanha do Trigo nos anos 30, colonizando áreas desocupadas onde se encetou o arroteamento de terras para o cultivo de cereais e o ordenamento do montado, e uma outra nos anos 80, com o abandono da cultura cerealífera e a expansão de povoamentos de eucalipto. A este processo associa-se uma regressão demográfica, nomeadamente da população ativa na agricultura, acentuando a desconexão entre o rural e o agrícola e entre os setores agrícola e florestal, outrora complementares, dando origem a um afastamento progressivo entre as comunidades rurais e o território em que se inscrevem. Essa tendência tem vindo a reforçar o êxodo da população ativa jovem dos territórios do interior para as áreas urbanas. Face a este cenário, detetam-se disparidades de conhecimento sobre a paisagem, sobretudo entre os mais jovens.

Para o OPC, a parceria com uma exploração em atividade surge como oportunidade para a promoção de experiências imersivas, sobretudo com a comunidade escolar local e do ensino superior. Nesse sentido, têm vindo a dado acolhimento a visitas de estudo de alunos, nacionais e estrangeiros, desde o ensino pré-primário ao universitário, para o conhecimento das especificidades naturais e culturais desta paisagem, bem como a divulgação sobre paisagem e observatórios de paisagem, em fóruns nacionais e internacionais.

Pretende-se desenvolver uma compreensão integrada da paisagem nas suas múltiplas relações, fortalecer laços identitários com os territórios através de um melhor conhecimento dos seus valores e herança cultural assente numa transferência intergeracional de conhecimento.

Palavras-chave:

Observatório da Paisagem, Charneca, identidades, conhecimento, parcerias

SESSÃO 2. TERRITÓRIOS VINHATEIROS E ENOTURISMO

Proponentes:

Orlando Simões, CERNAS/ESAC/IPC, orlando@esac.pt

Elisabeth Kastenholz, UA, elisabethk@ua.pt

Resumo da sessão organizada:

Os territórios de produção vitivinícola são territórios únicos, moldados em paisagens culturais esteticamente apelativas e onde se fundem atividades económicas, tradições e vivências.

O crescente interesse pelo vinho nas últimas décadas, tanto como produto alimentar nobre, como enquanto ícone de um estilo de vida sofisticado, tem acrescentado valor aos territórios da produção vitivinícola e suscitado a apreciação *in situ* das suas paisagens e do seu *terroir*, com visitas a adegas, museus e outros sítios relacionados com a atividade vitivinícola. Por outro lado, a experiência turística é cada vez mais reconhecida como o foco da procura turística, traduzindo-se na procura de novos territórios, sensações e emoções, permitindo experiências “autênticas”, frequentemente em meio rural, longe do congestionamento das urbes ou dos *resorts* marítimos. Estas experiências resultam da apreciação prazerosa do “distinto”, da beleza da paisagem, da possibilidade de vivenciar e entrar em contextos culturais diversos, da descoberta de novos sabores e de novos contextos, do conhecimento de tradições e origem de produtos valorizados, de gente diversa, com estilos de vida curiosos, em suma das oportunidades de experimentar novas sensações, atividades e ensinamentos.

É neste contexto que surge o enoturismo como uma nova aposta, diversificadora da oferta turística internacional, nacional e regional e, simultaneamente, proporcionadora de novas oportunidades de negócio e desenvolvimento regional. Esta nova oportunidade económica passa pela valorização global de todo um território, da sua cultura e, também, do próprio vinho e restantes produtos locais associáveis ao *terroir*. Assim, a presente sessão visa a reflexão e apresentação de trabalhos associados à temática do enoturismo, incluindo as paisagens vinhateiras, seus mercados e estruturação da oferta, tendo igualmente em consideração as condicionantes ao seu desenvolvimento.

R102.

Análise do potencial turístico de um território vinhateiro – algumas abordagens do projeto TWINE

Elisabeth Kastenholtz, UA, elisabethk@ua.pt

Helena Albuquerque, UA, helena.albuquerque@ua.pt

Orlando Simões, ESAC/IPC, orlandosac.pt

Josefina Salvado, UA, josefina.o.salvado@ua.pt

Resumo

Análise do potencial turístico de um território vinhateiro – algumas abordagens do projeto TWINE O vinho tem sido identificado como um produto agrícola de elevado valor acrescido em muitos países, associado a consumos sofisticados e estilo de vida, aspetos igualmente fomentadores de curiosidade de visitação e exploração de territórios e locais de produção vitivinícola. O eno-turismo aparece igualmente como uma oportunidade de diversificar e dignificar a experiência turística de destinos, existindo atualmente um grande interesse em desenvolver experiências territoriais singulares e assentes em recursos e vivências tradicionais, locais, ‘autênticas’, com valor identitário. Por isso, o enoturismo tem sido sugerido como um potencial motor de desenvolvimento regional sustentável, colocando valorizando e dinamizando recursos e práticas endógenos. Contudo, nem todos os territórios vitivinícolas têm as mesmas condições, sendo essencial saber analisar a multiplicidade de recursos (materiais e imateriais) do território, usando ferramentas e métodos adequados, e enquadrados na compreensão sistémica da oferta eno-turística, de modo a identificar aqueles que apresentam maior valor, atratividade e potencial para satisfazer um mercado turístico cada vez mais exigente e heterogêneo. Também é importante saber como integrar esses recursos numa experiência holística, co-criativa, não apenas assente em serviços de enoturismo isolados, mas também experiências de paisagens, atmosferas, cultura, história, tradições, símbolos, ações e interações, capazes de despertar emoções, envolver o visitante, marcar a sua memória do e apego ao local, ao seu povo e seus produtos, incluindo o vinho. É neste contexto que - com base em uma revisão da literatura - apresentamos um quadro de análise de recursos territoriais que permita um diagnóstico do potencial de uma região vitivinícola que se posiciona enquanto destino turístico. Este enquadramento resulta de um trabalho de contextualização de regiões vitivinícolas definidas por Rotas de Vinho, no âmbito do projeto TWINE1, do qual se retirarão alguns exemplos de análise.

Agradecimentos:

Este trabalho é resultado parcial do projeto TWINE – Co-creating sustainable Tourism & WINE Experiences in rural areas (POCI-01-0145-FEDER-032259), financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020 e por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Agradece-se o apoio financeiro concedido pela unidade de investigação GOVCOPP (Governança, Competitividade e Políticas Públicas) da Universidade de Aveiro para a participação nesta conferência.

R79.

O contributo do enoturismo para o desenvolvimento rural

Lúcia Pato, ESAV/IPV, CIDETS&CERNAS, mljesus@esav.ipv.pt

Zélia Breda, UA, GOVCOOP, zelia@ua.pt

Conceição Cunha, UA, ccunha@ua.pt

Resumo

O turismo tem sido apontado com um veículo de desenvolvimento das áreas rurais. Efetivamente, numa altura em que se apela cada vez mais à diversificação de atividades em meio rural, esperam-se contributos não só económicos, mas também sociais e ambientais decorrentes da atividade turística. É neste contexto que o enoturismo, um produto turístico claramente ligado à exploração agrícola, tem ganho destaque nos últimos anos, reconhecendo-se o seu potencial para o desenvolvimento rural e realçando-se a importância dos agentes da oferta neste domínio de atividade. Por um lado, o enoturismo pode gerar uma fonte de rendimentos suplementar para agricultores e produtores de vinho; por outro lado, pode contribuir para dinamizar toda a cadeia vitivinícola, criando sinergias entre os vários agentes e setores que com os produtores de vinho interagem ao longo da cadeia de valor.

Isto é particularmente verdade na Região Centro de Portugal, nomeadamente nas suas três regiões vitivinícolas, com excelentes áreas de produção vitivinícola, acrescida de um vasto património natural, histórico e cultural, os quais são de extrema importância para a dinamização da atividade turística na região. Com base numa revisão da literatura, procura-se nesta comunicação identificar o papel dos agentes da oferta de enoturismo (e.g., práticas) para uma aplicação posterior nas Regiões Vitivinícolas da Bairrada, Dão e Beira Interior. O estudo integra um projeto de investigação parcialmente financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a designação "TWINE – Co-creating sustainable Tourism & WINE Experiences in rural areas". Espera-se que os resultados deste estudo possam fomentar o desenvolvimento rural sustentável nos enodestinos estudados com base em novas ou renovadas formas de negócio, assentes em redes de cooperação, valorização dos recursos endógenos, entre outros elementos que, reconhecidamente, podem contribuir para gerar maior riqueza local, num modelo de desenvolvimento que se pretende sustentável.

Palavras-chave:

Enoturismo, Desenvolvimento Rural, Agentes da Oferta

R93.

Experiências cocriativas de Enoturismo: a descoberta de paisagens físicas e culturais pela voz de visitantes da Rota da Bairrada

Mariana Carvalho, UA, mariancabralc@gmail.com

Elisabeth Kastenholz, UA, elisabethk@ua.pt

Maria João Carneiro, UA, mjcarneiro@ua.pt

Resumo

A procura turística tem vindo a evidenciar um crescente interesse dos visitantes pela vivência de experiências de enoturismo, o que consubstancia a pertinência da sua investigação em turismo. A aposta na criação de atividades atrativas, integradas no destino e com base nos recursos locais deverá contribuir para a competitividade destes territórios. Para além das atividades tradicionais relacionadas com o enoturismo, tais como provas de vinhos e visitas a adegas, os turistas procuram experiências cada vez mais interativas e que permitam uma maior imersão no destino, valorizando o contacto com os recursos e estilos de vida locais. Neste contexto, a co-criação pode contribuir para a disponibilização de experiências mais envolventes e memoráveis, uma vez que a criação de valor resulta da interação dos turistas com os destinos, os fornecedores de serviços e as comunidades locais. No contexto da revisão de literatura, a co-criação em enoturismo apresenta-se como uma temática pouco explorada, sendo, por isso, relevante apostar na sua investigação tendo em vista uma melhor compreensão sobre o contributo da co-criação na disponibilização de experiências de enoturismo mais atrativas e memoráveis.

Neste artigo é apresentado um estudo exploratório em que são identificadas as dimensões da co-criação em experiências de enoturismo, tendo por base a recolha de dados qualitativos decorrentes de entrevistas semi-estruturadas aplicadas a visitantes de uma rota de enoturismo em Portugal – a rota da Bairrada. Os principais resultados indicam que a interação social, as oportunidades de aprendizagem e o envolvimento decorrente da interação com os recursos e a comunidade local são dimensões da co-criação relevantes no enoturismo. As caminhadas, visitas a adegas e quintas ou a participação no processo de produção de vinho são algumas das atividades onde estas dimensões se destacam. Por sua vez, constata-se que a interação entre turistas e agentes locais, produtores e comunidade local é fundamental para uma experiência imersiva, envolvente e diferenciadora na cultura da região e para compreender a unicidade dos vinhos locais. É de destacar a troca de conhecimentos com os produtores locais e o *staff* das adegas, a qual é valorizada no contexto de visita. A cultura e história locais relacionadas com a produção de vinho, assim como a gastronomia são percebidas pelos turistas como autênticas, únicas e atrativas. Estas perceções poderão contribuir para orientar os gestores de destinos na promoção de experiências enogastronómicas memoráveis e imersivas com os diversos *stakeholders*, assumindo os turistas o papel central de co-criadores da sua experiência.

Palavras-chave:

Turismo Rural; Co-criação; Enoturismo; Cultura Local

R95.

O perfil do enoturista numa comparação entre “Velho Mundo” e “Novo Mundo”

Diana Cunha, UA, GOVCOOP, diana.cunha@ua.pt

Maria João Carneiro, UA, GOVCOOP, mjcarneiro@ua.pt

Elisabeth Kastenholz, UA, GOVCOOP, elisabethk@ua.pt

Resumo

A indústria mundial vinícola tem vindo a ser consensualmente compreendida de acordo com a dicotomia “Velho Mundo” versus “Novo Mundo”. No primeiro caso, consideram-se os países de onde a produção vinícola é originária, tais como França, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Áustria, Hungria, Alemanha, entre outros. O segundo caso, refere-se a países que importaram a viticultura durante ou após o período dos Descobrimentos, sendo exemplos disso os seguintes: Estados Unidos da América, Austrália, África do Sul, Argentina, Nova Zelândia, China, entre outros. Esta distinção transcende a dimensão cronológica/histórica, revelando-se num conjunto de características específicas (e.g. técnicas de produção do vinho, *terroir*) de cada uma destas realidades, nomeadamente no que se refere ao enoturismo. Assim, o enoturismo do “Velho Mundo” é centrado no vinho, na sua degustação e na sua compra/venda, enquanto o enoturismo do “Novo Mundo” tende a ser mais abrangente no sentido da experiência turística, considerando, para além do vinho, toda a envolvência, como a paisagem rural, as atividades que aí se podem desenvolver (e.g., vindimas, desportos de natureza), a beleza arquitetónica das quintas/adegas, ou seja, uma experiência mais global, ativa e aberta. Mas será esta distinção repercutida nas características sociodemográficas do visitante (e.g., sexo, nível socioeconómico, estado civil, idade, escolaridade)? Ou, por outro lado, será que esta dicotomia na prática se esbate, refletindo o processo de globalização na produção vinícola? Nesta comunicação, pretende-se debater esta questão, através de uma revisão da literatura de aproximadamente 60 artigos. Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para aprofundar o debate acerca da clivagem “Velho Mundo”/ “Novo Mundo”, fornecendo pistas acerca das necessidades e características dos visitantes nestes contextos. Note-se que este estudo surge no âmbito do projeto “TWINE – Co-creating sustainable Tourism & WINE Experiences in rural areas” (Ref. POCI-01-0145-FEDER-032259).

Palavras-chave:

Enoturismo; “Velho Mundo”; “Novo Mundo”; Perfil do Visitante

R92.

As Paisagens Alimentares na Poesia Barroca do Séc. XVIIe o Turismo: Um contributo para a criação de narrativas de Storytelling diferenciadoras

Josefina Salvado, GOVCOPP/UA & DIAITA/UC, josefina.o.salvado@ua.pt

Resumo

Os territórios são lugares de produção e transmissão de memórias, onde emergem as paisagens alimentares como prática cultural que convoca não só a história e a cultura materiais, mas também a antropologia, a sociologia, a etnologia, a psicologia e a história, entre outras disciplinas, perfilando-se como um domínio de relevo a explorar pelo turismo de forma criativa. Neste contexto, o Turismo como fenómeno que potencia os recursos endógenos das regiões e favorece a sociabilidade, deve procurar em fontes históricas/literárias a inspiração para as suas narrativas de Storytelling, dando assim, credibilidade e autenticidade à experiência turística. O presente trabalho recorre a uma fonte poética do cancionero português do período Barroco, "A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos melhores Engenhos portuguzes"[sic], com destaque para o Tomo I e às "Jornadas de Frei Jeronymo Bahia"(fl. 236 fl. 316), mostrando que a alimentação possui uma posição estratégica no sistema de vida, no conjunto de valores das diversas sociedades e tempos, sendo portadora de simbolismos de índole material, social, ideológico e cultural, que se pretendem ver preservados na memória coletiva das comunidades e difundidos pelo turismo. Através do estudo destas fontes é possível desenhar narrativas de Storytelling com fundamento histórico e autenticidade, transformando o legado cultural numa preciosa vantagem competitiva, pois incrementa a performance da Oferta (ao mostrar novas dimensões de diferenciação na entrega de produtos e serviços turísticos) e agrega valor à Procura (ao potenciar o envolvimento do visitante com a comunidade e ao promover a cocriação de valor das experiências). Este estudo permitiu fazer uma ponte entre a História/Literatura e o Turismo, com enfoque na interpretação dos patrimónios alimentares. Foi utilizada uma metodologia qualitativa de análise de conteúdos, bem como de mapeando dos percursos. Os resultados da investigação mostraram que o protagonista destas jornadas (no século XVII) valorizava os mesmos atributos da experiência turística atual. As Jornadas de Jeronymo Bahia de Lisboa para Coimbra e Alentejo evidenciam os singulares patrimónios alimentares das regiões, condicionados por marcadores históricos e geográficos, que caracterizam a identidade cultural e da memória coletiva portuguesa. Através das aventuras do Frei durante a viagem, fomos sendo surpreendidos com a multiplicidade da nossa herança alimentar, coma dimensão do património religioso construído, com a diversidade (à época) dos meios de transportes mais utilizados, com os hábitos alimentares dos viajantes, como a gastronomia e a hospitalidade das regiões, e ainda como os modos de sociabilidade da época. A utilização destes recursos pode oferecer vantagens competitivas únicas aos destinos e proporcionar experiências significativas aos visitantes.

Palavras-chave:

Turismo; Jeronymo Bahia; Poesia barroca; Patrimónios alimentares; Rotas

SESSÃO 3. A ATIVIDADE AGRO-SILVO-PASTORIL E A CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM E DA NATUREZA

Proponente: *Joana Nogueira, ESA/IPVC, joananogueira@esa.ipvc.pt*

Resumo da sessão organizada:

No nosso país, a conservação da natureza e a gestão dos ecossistemas incide essencialmente sobre paisagens culturais, com uma ocupação humana muito longa. São particularmente valiosas aquelas paisagens onde o grau de transformação pelas atividades humanas foi limitado por fatores de adversidade biofísica (montanhas, áreas periféricas, áreas inundáveis, ilhas). No caso específico das montanhas, a presença humana manteve durante muito tempo uma relação equilibrada com a natureza, com as atividades agrícola, silvícola e silvo-pastoril a gerir a paisagem e a contribuir para ecossistemas simultaneamente produtivos e conservadores da biodiversidade, dos solos, da água e com maior resiliência, nomeadamente ao fogo. Os conceitos de biodiversidade cultural e de sistemas agrícolas de elevado valor natural estabelecem claramente a existência, em sistemas socioecológicos específicos, de interdependências positivas entre as pessoas e a natureza, entre usos do solo e práticas agrícolas extensivas e tradicionais e a ocorrência de habitats e espécies com elevado valor de conservação. Este conhecimento está na base dos apoios agroambientais, nomeadamente os esquemas de pagamento aos agricultores/produtores de gado, com vista a manter e incentivar a pequena agricultura tradicional e a pecuária extensiva nas zonas de montanha. No entanto, nem sempre as comunidades locais têm conseguido capturar o valor necessário para assegurar a sua sustentabilidade económica e social (manter a população e a rentabilidade das atividades), nem é totalmente certo que as práticas e dinâmicas contemporâneas na atividade agro-silvo-pastoril estejam a promover os níveis de conservação da natureza e da paisagem que no passado alcançavam e que se ambicionam alcançar atualmente.

Interessa aprofundar o conhecimento científico sobre as interações entre as dinâmicas socioeconómicas e os seus impactos em termos ecológicos, e torná-lo mais próximo das esferas de ação local, nomeadamente dos fornecedores do serviço e beneficiários dos apoios e incentivos. Se bem que incorporado no desenho das políticas de apoio e incentivo, o conhecimento dessas interações não chega às comunidades locais (à escala dos espaços de vida e de trabalho – freguesias ou áreas similares), nem as políticas de suporte permitem às comunidades um papel ativo na escolha das práticas mais adaptadas e na monitorização e avaliação dos seus impactos no ecossistema. Os apoios são então percebidos como «ajudas» e não tanto como pagamentos por um serviço conscientemente produzido pelos criadores de gado na conservação da natureza e da paisagem. Estão criadas as condições para um conjunto de ineficiências, cujas possibilidades de superação pretendemos aprofundar e clarificar.

O objetivo da sessão passa por avaliar a necessidade, oportunidade e a forma de um modelo de governança adaptado, que potencie o serviço ativo de gestão da paisagem e dos ecossistemas realizada pelos agricultores/produtores pecuários (socalcos, baldio), e comunidade (baldio, aldeias), permitindo uma gestão adaptativa à escala local que responda, de forma integrada, à dinâmica do ecossistema e à dinâmica sociodemográfica, económica e cultural local.

R43.

De criadores de gado a gestores da paisagem – uma transição possível?

Joana Nogueira, ESA/IPVC, proMetheus, joananogueira@esa.ipvc.pt

Irene Aurora Santos, ESA/IPVC

José Pedro Araújo, ESA/IPVC, CIMO

José Carlos Santos, ESA/IPVC, proMetheus

Sara Simões, ESA/IPVC

Resumo

A criação de gado bovino na Serra da Peneda é uma atividade tradicional, determinante na forma como as comunidades serranas moldaram, utilizam e gerem o território. Assenta em raças autóctones e num sistema extensivo de pastoreio de altitude, nas áreas de baldio, combinado com a produção de milho e feno nas terras aráveis, conquistadas às vertentes pela construção e manutenção de socalcos. Ameaçada pelo despovoamento, baixas perspectivas de rentabilidade e pelas limitações que a serra impõe ao nível da mecanização e modernização dos processos de trabalho, a continuidade da atividade tem dependido das políticas públicas de desenvolvimento rural e agrícola e, mais recentemente, da conservação da natureza, nomeadamente as estratégias de valorização dos produtos agroalimentares (DOP Barrosã e Cachena), os apoios à manutenção da agricultura em zonas desfavorecidas e as medidas agroambientais.

No projeto *Acontece in Loco – Montanha do Alto Minho (PDR2020-2024-032825)* desenvolveu-se um estudo na freguesia de Sistelo, onde parte da paisagem foi classificada como Paisagem Cultural-Monumento Nacional (Decreto n.º 4/2018, 15-01-2018), tem um alto valor natural (Reserva da Biosfera, Rede Natura 2000, fronteira com o Parque Nacional da Peneda-Gerês), e onde o turismo tem crescido exponencialmente. Neste território, o património paisagístico e natural de elevado valor depende, claramente, da manutenção das atividades tradicionais agrícolas e pastoris. Um dos objetivos do projeto é criar conhecimento sobre o modo como os agricultores, criadores de gado e comunidade local se articulam com as funções de gestão da paisagem e de fornecimento de serviços de ecossistema. O tema foi abordado em 4 grupos focais realizados em 2019, complementados com entrevistas em profundidade aos criadores de gado e a técnicos. Os resultados apontam para a elevada dependência da atividade agropecuária relativamente aos apoios, que representam uma grande fatia dos rendimentos, comparativamente às vendas dos vitelos. É menos claro o efeito destas políticas na mobilização dos agricultores para os objetivos ambientais e na sua capacitação enquanto gestores de proximidade dos ecossistemas e paisagem. Os próprios enfatizam a sua preferência pelo aumento dos rendimentos por via do mercado, bem como as dificuldades derivadas de restrições de base ecológica ou paisagística, que não entendem ou consideram desadequadas ao contexto e à atividade. A participação dos criadores de gado neste projeto permitiu identificar a necessidade de um desenho mais adequado dos apoios e incentivos, que promova a captura do valor necessário, económico e simbólico, para dignificar a silvo-pastorícia e assegurar a sua continuidade.

Palavras-chave: agro-silvo-pastorícia, montanha, paisagem, serviços de ecossistema.

R62.

As dinâmicas de ocupação e uso do solo em contexto de mudanças sociais e climáticas: evolução recente e prospetiva em espaços de montanha do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG, NW Portugal)

Joaquim Mamede Alonso, ESA-IPVC; CIBIO-InBIO, malonso@esa.ipvc.pt

Joana Amorim, ESA/IPVC; joamorim@ipvc.pt

João Honrado, FC-UP, CIBIO-InBIO, jhonrado@fc.up.pt

Resumo

As mudanças da ocupação e uso do solo são processos hierárquicos à escala da paisagem que resultam de promotores sociais, económicos e tecnológicos envolvidos em processos socio-ecológicos complexos e adaptativos. Em simultâneo, as mudanças apresentam impactos sobre as condições, recursos, funções ou processos e serviços de ecossistema, com implicações sobre o estado e o percurso para a sustentabilidade dos territórios, incluindo a qualidade ambiental e de vida das populações. Neste contexto destacam-se os espaços de altitude e montanha com condições, recursos e valores específicos, mas elevadas ameaças (vulnerabilidades e riscos) sociais e ambientais.

Nesta investigação visa-se desenvolver a análise do contexto, natureza e eventuais implicações nas dinâmicas de ocupação e uso do solo sobre os riscos e serviços de ecossistema de um espaço de altitude do PNPG (NW Portugal). Para estas finalidades desenvolvem-se um conjunto de tarefas e fases sequenciais, suportadas em modelos espacialmente explícitos (SIG) que incluem: i) a caracterização biofísica e socioeconómica; ii) desenvolvimento e análise de uma série história de ocupação e uso do solo (1985-2018) seguida de uma modelação prospetiva com base em cenários de desenvolvimento e de mudança climática (2030); iii) a análise das implicações sobre um conjunto de vulnerabilidades, riscos e serviços de ecossistema; iv) para terminar com considerações finais sobre as reais implicações/desafios destes resultados na gestão/governança desta unidade de análise.

Os resultados obtidos sublinham: i) as condicionantes naturais à produção vegetal; ii) os elevados valores ecológicos presentes; iii) as mudanças significativas em termos populacionais, demográficos e económicos; iv) associadas a dinâmicas extensas e intensas na ocupação e uso do solo e reflexos sobre as cadeias e os processos cumulativos de riscos ambientais que ameaçam o estado, as funções e serviços presentes e potenciais. Uma leitura sistémica destes processos resulta na discussão e propostas de gestão/governança no sentido de promover a sustentabilidade e adaptação climática destes territórios.

Palavras-chave: Montanha; sistemas socio-ecológicos; riscos, serviços de ecossistema; governança territorial

R103.

A relevância do Apoio Zonal Peneda-Gerês para a manutenção da atividade agrícola de carácter agroambiental

Ana Vicente, DRAP Norte/MAFDR, ana.vicente@drapnorte.pt

Bruno Leitão, DRAP Norte/MAFDR, bruno.leitao@drapnorte.pt

Resumo

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020), Área 3 - Ambiente, Eficiência no Uso dos Recursos e Clima, encontra-se previsto na ação n.º 7.3 “*Pagamentos Rede Natura*”, na operação 7.3.2. os pagamentos rede natura - apoios zonais de carácter agroambiental. Estes apoios têm como objetivo principal a conservação de zonas com valores naturais específicos inseridas na Rede Natura 2000. No caso do Apoio Zonal Peneda-Gerês (AZ-PG) compreende especificamente as tipologias de “*Gestão do pastoreio em áreas de baldio*” e “*Manutenção de socalcos*” com aplicação na área geográfica resultante da sobreposição do Parque Nacional da Peneda-Gerês, do Sítio de Interesse Comunitário da Peneda-Gerês e da Zona de Proteção Especial do Gerês.

Através da compensação financeira dos beneficiários pelos condicionalismos ao exercício da atividade agrícola que surgem da aplicação da Diretiva 2009/147/CE (Aves) e da Diretiva 92/43/CEE (Habitats), estes apoios procuram responder aos objetivos de conservação destas áreas inseridas na Rede Natura 2000.

O presente trabalho visa efetuar a monitorização da execução destas medidas, mais concretamente das tipologias do AZ-PG, garantindo o cumprimento e a manutenção dos compromissos assumidos e a avaliação dos seus efeitos, assim como a sua adequação à área geográfica de aplicação.

A metodologia aplicada baseia-se na utilização de inquéritos por questionário a uma amostra de beneficiários dos apoios, especificamente das explorações agrícolas e dos órgãos de gestão de baldios, com áreas de intervenção localizadas no AZ-PG.

Palavras-chave:

Apoio Zonal, Baldios, Peneda-Gerês, Estrutura Local de Apoio, Manutenção de Socalcos

R61.

Perspetivas de circularização da economia em meio rural: a evolução de práticas antigas na direção da sustentabilidade dos processos – Projecto ForestFarmBiochar

Leonel Nunes, ESA/IPVC, proMetheus, leonelnunes@esa.ipvc.pt

Joana Nogueira, ESA/IPVC, proMetheus

Ana Ferraz, ESA/IPVC, proMetheus

Ana Cristina Rodrigues, ESA/IPVC, proMetheus

Mário Tomé, ESTG/IPVC, proMetheus

Sandra Silva, ESA/IPVC, proMetheus

Cláudio Paredes, ESA/IPVC, proMetheus

Joaquim Alonso, ESA/IPVC, proMetheus

Resumo

A preocupação crescente com as questões ambientais que se verifica atualmente, tem conduzido a que temas como as alterações climáticas, a desertificação, ou a proliferação de plástico nos oceanos, sejam tratados com elevada notoriedade, chegando mesmo a ser notícia de abertura de telejornais e primeiras páginas de jornal. Esta preocupação com as questões ambientais assume uma quase unanimidade por parte dos cidadãos, embora muitas vezes a real compreensão dos problemas não seja entendida na sua totalidade, já que muitos destes são assuntos complexos e fora do alcance dos menos letrados nas questões mais técnicas. No entanto, existem situações que, pela elevada frequência com que ocorrem, adquiriram um quase estado de conhecimento generalizado e empírico, chegando mesmo a ser tema de debate e de apresentação de “soluções” de forma frequente pelas populações. Um caso disso é a ocorrência de fogos florestais, por exemplo, que passou a ser um tema de discussão corrente, em que cada cidadão quase sempre tem a sua própria visão do problema e, conseqüentemente, a sua proposta de resolução.

O recurso generalizado à queima de sobrantes de origem agrícola e florestal é uma prática recorrente um pouco por todo o país, mas que assume dimensões de enorme preocupação nas zonas Centro e Norte de Portugal, onde o Minho se destaca pelo número completamente exagerado de ocorrências. É também um facto que estas queimas de resíduos estão na base de um grande número de fogos rurais. Para além deste impacte negativo, as queimas de sobrantes são ainda responsáveis pela emissão de grandes quantidades de gases de efeito de estufa, nomeadamente de CO₂, sem a obtenção de nenhum tipo de valorização e aproveitamento da energia produzida.

O Projecto ForestFarmBiochar pretende apresentar um modelo em que a prática ancestral da queima de sobrantes é substituída por um processo de produção de carvão vegetal, que para além de reduzir o risco de ocorrência de fogos rurais com esta causa, reduz de forma significativa a emissão de gases de efeito de estufa, ao mesmo tempo transforma resíduos tradicionalmente sem qualquer tipo de valorização, num produto com diversas utilizações, como a produção de energia térmica, cocção, melhoramento de solos e aditivo alimentar para o gado, numa perspectiva de economia circular e de sustentabilidade dos processos.

Palavras-chave: agro-silvo-pastorícia, montanha, paisagem, serviços de ecossistema.

R60.

Propriedade comunitária e sustentabilidade: uma aproximação a experiências inovadoras desde a Galiza

Damián Copena, GIEEAH-Universidade de Vigo, decopena@uvigo.gal

Xavier Simón, GIEEAH-Universidade de Vigo, xsimon@uvigo.gal

David Pérez-Neira, Universidad de León, dpern@unileon.es

Resumo

O abandono dos recursos e das povoações rurais, a perda de emprego agrário, uma população muito idosa e os incêndios florestais auguram um panorama muito negativo para o rural galego. Pensar alternativas para lutar contra esses graves problemas torna-se urgente.

A Galiza, sendo no imaginário coletivo a terra do minifúndio, é um território onde a propriedade comunitária da superfície florestal é muito importante, tal e como também acontece no norte de Portugal. De facto, as *Comunidades de Montes Veciñais en Man Común (CMVMC)*, o equivalente galego aos baldios, são entidades coletivas proprietárias de quase 700.000 hectares localizadas em áreas rurais com grandes problemáticas sociais, económicas e ambientais (quase 24% da superfície total da Galiza).

As características próprias deste tipo de propriedade coletiva e a dimensão média dos seus terrenos outorgam-lhes potencialmente capacidades relevantes para desenvolver iniciativas com racionalidades de sustentabilidade social e ambiental, além da económica, ligadas ao bem comum e à Comunidade.

Há atualmente interessantes exemplos de Comunidades Locais organizadas nas CMVMC que estão a apostar por alternativas de gestão das suas propriedades a partir do aproveitamento sustentável dos seus recursos endógenos, favorecendo a compatibilidade social e cultural e o respeito pelas condições ambientais locais.

A presente comunicação discute sobre esse potencial das entidades comunitárias para desenvolver iniciativas sustentáveis a partir dos recursos locais. Depois de anos de trabalho desde o Grupo de Pesquisa em Economia Ecológica e Agroecologia esta comunicação apresenta exemplos de experiências de interesse desenvolvidas por CMVMC em âmbitos muito diferentes: a utilização de raças autóctones de gado em propriedade comunitária, os aproveitamentos micológicos, o turismo, as culturas de pequenos frutos, as produções de qualidade em modo de produção biológico, etc. Todas elas têm rasgos comuns: são altamente inovadoras, são o resultado de decisões democráticas tomadas localmente pelas comunidades de vizinhos e vizinhas, estão integradas e são respeituosas com o meio ambiente.

Palavras-chave: Propriedade comunitária, Ação coletiva, multifuncionalidade, Galiza

Agradecimentos:

Parte dos trabalhos desta comunicação está ligada ao Projeto de investigação “La construcción social de la calidad alimentaria: mediaciones entre la producción y el consumo en una economía basada en el conocimiento” (Ref. CSO2017-85188-R).

SESSÃO 4. CULTIVAR & CONSUMIR: COMO AS SEMENTES MUDAM AS PAISAGENS

Proponentes:

Dulce Freire, ICS-ULisboa, dulce.freire@ics.ulisboa.pt

Inês Gomes, ICS/ULisboa, ines.duarte.gomes@ics.ulisboa.pt

Resumo da sessão organizada:

As paisagens culturais apresentam características que carecem de análises transdisciplinares que permitam observar historicamente as origens, as tendências e os impactos das mudanças. Tendo como central a trilogia populações, ‘natureza’ e usos/atividades, a relevância das paisagens culturais cruza-se com as crescentes preocupações associadas à conservação da biodiversidade, e, mais especificamente, da agrobiodiversidade. De que forma a diversidade de plantas e sementes cultivadas está relacionada com a construção de diferentes paisagens? Como é que a preservação da biodiversidade está intrinsecamente ligada à manutenção dessas paisagens?

No âmbito do projeto ReSEED, que visa analisar as transformações na agricultura associadas às sementes cultivadas, ao ambiente e à ação humana desde o século XVIII, esta sessão tem por objetivo discutir algumas das dinâmicas que interligam o cultivo e o consumo e a forma como estes têm mudado as paisagens.

De entre as novas sementes, oriundas de várias áreas do globo, que foram cultivadas em Portugal alterando os agro-sistemas, a alimentação das populações e a paisagem, nesta sessão apresentam-se dois “estudos de caso”. A análise dos laranjais de Amares e da disseminação do cultivo da batata em Portugal permitirá um debate abrangente, explorando o cruzamento de aspetos culturais e naturais. A sessão possibilitará, ainda, discutir os desafios que se colocam à pesquisa histórica no quadro de abordagens transdisciplinares.

R97.

Em busca das sementes esquecidas. Fontes históricas para a agrobiodiversidade

Dulce Freire, ICS/ULISBOA, dulce.freire@ics.ulisboa.pt

Resumo

Como recuperar a informação histórica sobre as variedades de sementes cultivadas? Quais as fontes históricas com informações relevantes para traçar os percursos de disseminação das sementes e plantas que, desde o século XVI, transformaram as agriculturas europeias? Procurando reunir informações mais detalhadas sobre as dinâmicas agrícolas e alimentares regionais na Península Ibérica durante os últimos séculos, estas são algumas das questões que estão a orientar a pesquisa no âmbito do projecto ReSEED. Nesta comunicação apresentam-se algumas reflexões que emergem do processo de "construção das fontes" ainda em curso. Apesar de se recorrer a fontes históricas de várias tipologias, esta comunicação está focada nas obras impressas produzidas por diferentes atividades e disciplinas científicas que, sob diversas perspetivas, têm utilizado e/ou estudado as plantas.

Palavras-chave:

Agrobiodiversidade, História, Sustentabilidade, Transdisciplinaridade

R96.

Semente diversas, paisagens variadas: desafios metodológicos na análise histórica das variedades de sementes cultivadas

Inês Gomes, ICS/ULISBOA, ines.duarte.gomes@ics.ulisboa.pt

Resumo

O ‘agricultor’, as sementes – e suas variedades – e as formas de cultivo constituem um sistema que molda, necessariamente, a paisagem. Neste contexto, o estudo das variedades de sementes cultivadas ao longo da história pode induzir novas questões aos investigadores que, de uma forma geral, se têm concentrado na dimensão social para compreender a paisagem e as suas dinâmicas. Para melhor entender essas dinâmicas, pesquisas mais abrangentes devem incluir e explorar os aspetos biológicos das paisagens nas suas relações com as populações. Como se modificará a nossa perceção da paisagem se essas características forem examinadas?

No âmbito do projeto ReSEED, esta comunicação tem como principal objetivo discutir os amplos desafios metodológicos que se colocam ao historiador quando pretende conhecer a trajetória das sementes e das suas variedades. Compreender o que foi cultivado, num determinado momento, num determinado local, implica o escrutínio de um vasto e variado conjunto de fontes de áreas de estudo distintas – botânica, agricultura, medicina, alimentação – que devem ser analisados e interpretados num contexto interdisciplinar, implicando, também, a integração de um número de variáveis naturais e culturais, ao qual se junta uma panóplia de nomenclaturas e terminologias. Como comparar dados tão distintos? A partir da análise das variedades mencionadas num conjunto de obras de diversos autores – *e.g.* Alonso de Herrera; Francisco da Fonseca Henriques; entre outros – pretende-se discutir metodologias para o melhor conhecimento da diversidade das sementes cultivadas na sua dimensão histórica e cultural, com o objetivo último de encontrar soluções para os atuais desafios de preservação da agrobiodiversidade e das paisagens a ela associadas.

Palavras-chave:

Sementes; Variedades; Fontes históricas; Desafios metodológicos

R77.

Portugal na história global da laranja: sistematização e novos dados

José Vicente Serrão, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, jvserrao@iscte-iul.pt

Resumo

A laranja, e em especial a laranja doce (*citrus sinensis*), constitui um dos exemplos mais interessantes e mais importantes da circulação global de elementos botânicos proporcionada pelos contactos inter-civilizacionais da época moderna. Apesar da importância deste fruto na actualidade, em termos económicos e alimentares, de um ponto de vista histórico subsistem ainda várias dúvidas sobre a sua verdadeira origem geográfica, sobre a sua circulação pelo mundo e sobre o papel que os portugueses desempenharam nesse processo. A cronologia da introdução desta espécie em Portugal e da sua difusão pelas diversas partes do império português (em particular nas ilhas do Atlântico e no Brasil) é um ponto especialmente controverso ou envolto em informação distorcida. Também não é clara a própria sequência cronológica e geográfica da difusão da laranjeira pelo território continental português, onde, em algumas regiões, veio a constituir um importante elemento de conformação da paisagem cultural. A partir de novos dados, esta comunicação propõe-se proceder a uma sistematização e revisão do conhecimento disponível sobre esta matéria.

Palavras-chave:

Laranja; Citrus Sinensis; Circulação de plantas; Globalização; Paisagens culturais

R101.

Os laranjais de Amares: uma paisagem em construção desde o século XVI

Anabela Ramos, sem instituição, Anabela.ramos.silva@sapo.pt

Resumo

Desde a Idade Média que observamos a existência da laranjeira em Portugal. Persistiu até ao século XVI uma variedade azeda, muito rústica, da qual se extraía preferencialmente a flor para daí se obter, através da destilação, a água e o óleo. Utilizava-se também a casca, que depois de muitas lavagens ficava doce, e, em algumas situações, o sumo. Tudo isto tinha uma utilização essencialmente medicinal embora a água de flor também se usasse na culinária em especial na doçaria.

Mas um fruto assim, da cor do ouro e sumarento, tão convidativo para um repasto, impele à vontade de o tornar doce. Um trabalho de séculos que, à custa de gerações sucessivas no apuramento da espécie, levou a que no século XVI, em algumas zonas do país, já haja registo de variedades com alguma doçura, com destaque para a *bical* que continuava a produzir flor, utilizada na doçaria e na medicina.

Nos séculos XVI e XVII, pela acção dos portugueses, são introduzidas em Portugal e na Europa as variedades doces particularmente uma variedade denominada laranja da China que alcançou imenso sucesso por se apresentar muito doce e sumarenta.

Nos finais dos séculos XVIII, de norte a sul e nas ilhas dos Açores, a laranjeira está em todo lado. E se nos séculos anteriores se valorizava essencialmente a flor, passa agora o fruto a assumir honras de estar à mesa pela doçura e sabor que apresenta. Mas não floresce com as mesmas características em qualquer local. Lentamente começam a surgir regiões onde os frutos têm melhor qualidade. É aí que se começa a concentrar a plantação de laranjais.

Começam também a surgir novas variedades de laranjas. Às bicaís do século XVI e às da China do século XVII, soma-se, nos inícios do século XIX, a laranja de umbigo ou da Baía que se formou espontaneamente no estado brasileiro da Baía, num ramo de laranjeira selecta que deu frutos sem sementes e com umbigo. Apresenta-se de tamanho grande, casca grossa, sumarenta, perfumada e muito doce.

A região de Amares, onde muito cedo as frutas de espinho começam a proliferar vai-se transformando, ao longo dos séculos, numa das melhores regiões de produção de laranja de todo o Minho. Aqui vamos encontrar laranjas doces e sumarentas desde o século XVI a serem levadas para todo o Norte de Portugal

Palavras-chave:

Paisagem cultural, história da laranja, laranjais de Amares.

R67.

Paisajes agrarios y preindustrialización en la provincia de Ourense, Galicia

Marta Somoza Medina, Concello de Allariz, somozamedinamarta@gmail.com

José Somoza Medina, Dpto. Geografía/ULE, jose.somoza@unileon.es

Resumo

Galicia es un territorio que presenta una gran variedad de paisajes, que se suceden desde la costa a la bocarribera del valle fluvial, desde las sierras a los prados casi planos, formando un puzle imbricado y complejo. Esta diversidad, que encuentra justificación en un origen geológico que se remonta a la era arcaica con evoluciones ligeramente diferenciadas a lo largo del tiempo, condiciones climáticas que oscilan entre caracterizaciones atlánticas y mediterráneas, colonización y transformación del espacio por distintas culturas, y desarrollo económico desigual, ha sido recogida recientemente por el catálogo de paisajes de Galicia, con la definición de doce grandes áreas paisajísticas con hasta 50 comarcas paisajísticas.

En la provincia de Ourense, en el suroeste de Galicia, donde las variaciones citadas son especialmente acentuadas, (con representación de 5 áreas paisajísticas de las doce definidas), la diversidad del sistema agrario tradicional, estudiada en los años 70 por Bouhier (eidos de agras, grandes openfields, viñedos de socalcos, organización dobre de agras e de bancais e socalcos) se traduce también en la concentración de productos con denominación de origen: vino (Ribeiro Valdeorras, Ribeira Sacra, Monterrei), pan de Cea, pimientos de Arnoia, castañas, patatas, miel y aguardiente.

La investigación estudia las actividades industriales que se desarrollaron de forma puntual y débil en la provincia de Ourense, relacionadas con la transformación de los productos de agricultura y ganadería (pan, vino, aceite, vinagre, tejidos, cuero, hierbas medicinales, carne), así como con el empleo de la fuerza hidráulica (molinos, batanes, minicentrales...), para analizar la relación entre estos usos y la formalización o consolidación de paisajes tradicionales.

Dentro de este planteamiento, el estudio se dirige a territorios vulnerables, desactivados tras las sucesivas oleadas migratorias a lo largo del siglo XX, donde la pérdida de población y el abandono del espacio rural han tenido importantes repercusiones a nivel social, económico, patrimonial y paisajístico.

Se aborda el análisis de la resiliencia de estos paisajes, entendidos como un recurso patrimonial de gran valor, que tras un período de estancamiento y abandono, tienen capacidad de ser nuevamente soporte de actividades basadas en la transformación de los recursos. Los casos de estudio se obtienen de datos obtenidos del escrutinio del Boletín Oficial de la Provincia de Ourense en los primeros años del siglo XX, cruzados con los tipos característicos de paisaje agrícola tradicional de la provincia, las comarcas paisajísticas y las denominaciones de origen.

Palavras-chave: Vulnerabilidad, Resiliencia, Estrategias de reutilización del patrimonio, Paisaje

Agradecimento: *Investigación realizada dentro del Proyecto I+D+i Retos de Investigación. Vulnerabilidad, resiliencia y estrategia de reutilización del patrimonio en espacios desindustrializados. Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, Convocatoria 2018. Referencia RTI2018-095014-B-100*

SESSÃO 5. REGADIOS: PRODUÇÃO AGRÍCOLA, DINÂMICAS SOCIAIS E MUDANÇAS NA PAISAGEM

Proponente:

Dulce Freire, ICS-ULisboa, dulce.freire@ics.ulisboa.pt

Resumo da sessão organizada:

Sendo a água indispensável para a agricultura, a construção de regadios tem-se constituído como um fator poderoso de transformação das paisagens, dos sistemas agrícolas e da organização social nos territórios rurais. Ainda que as transformações associadas ao alargamento das áreas de regadio agrícola tenham atravessado séculos e continentes, nesta sessão a análise centra-se na Península Ibérica desde finais do século XVIII. Se a variedade regional de condições agroecológicas na Península Ibérica poderia impor limitações às atividades agrícolas, verifica-se que a reorganização da gestão e distribuição da água contribuiu para ultrapassar algumas condicionantes, permitindo diversificar a produção agrícola. Cruzando os usos dos recursos, a produção agrícola, as dinâmicas socioeconómicas e as políticas públicas, as comunicações apresentadas nesta sessão permitem discutir os impactos das mudanças regionais, inserindo-as no quadro das tendências europeias e globais.

R85.

As terras de regadío e secaño no norte galego segundo o Catastro de Garay (1750-1820)

Alberto González Remuiñán, Histagra/USC, bertogonzalez1988@gmail.com

Resumo

Entre 1817 e 1821 asistimos en España ao que pode ser catalogado como o derradeiro intento serio e racional posto en marcha para tratar de paliar os efectos da crise na Facenda da monarquía. Co obxectivo de impoñer un novo sistema de recadación, que tamén afectaría aos grupos sociais privilexiados, era necesario levar a cabo un rexistro da riqueza dos contribuíntes. Os resultados obtidos foron unha serie de inventarios de propiedades e beneficios dos habitantes do reino, unha información que, xunto a outros corpus documentais asociados, constitúe o chamado Catastro de Garay. Estes rexistros permiten ao investigador o achegamento á realidade agropecuaria na segunda década do século XIX. No caso dos apeos de terras, os máis numerosos, a calidade da información contida é moi variable en función do caderno consultado, e os datos son numerosos e diversos: propietario, extensión, calidade, localización, forma de tenencia, uso do solo ao que se dedica, cultivo, valoración da terra e do produto ou rendas a satisfacer son algúns dos que poden aparecer anotados para cada parcela.

A fonte, así mesmo, presenta unha serie de dificultades entre as que pode ser destacada a ocultación, polo que os rendementos da terra están frecuentemente alterados e deben ser corrixidos. Mais tendo en conta este e outros problemas, eses datos fiscais poden ser empregados, principalmente polo método da comparación, con rexistros anteriores como o Catastro de Ensenada para analizar os posibles cambios que puideran ter lugar entre mediados do século XVIII e principios do XIX. Se atendemos ás áreas de regadío e sequeiro, a fonte presenta algunhas dificultades no caso das terras de labor, ofrecendo a miúdo unha diferenza moi marcada entre o secaño de cereais e as hortas, terreos máis intensivos en traballo e en aporte de auga. Non obstante, a diferenza entre regadío e secaño vólvese especialmente relevante no caso dos prados.

Nestes últimos, ademais, semella que os rexistros ofrecen unha maior fiabilidade, pois o que se ve nos cadernos é un descenso sostido das calidades anotadas. A fraude por ocultación está presente aquí tamén, pero a elevada produción dos pastos regados introduce unha degradación selectiva nos inventarios. Os contribuíntes evitan dar datos excesivamente pobres, conscientes de que a fraude obvia podería supoñer sancións.

Se observamos a relación que se mantén entre os prados que son de regadío e os de secaño, atopamos unha das probas da intensificación que se ía experimentar na agricultura ao longo do século XIX. Comparando os rexistros de Garay cos de Ensenada, observaremos como esa relación se transforma ao cabo de pouco máis de medio século. Polo xeral pódese observar un crecemento destas áreas pero, máis interesante quizais é o feito de que os prados de regadío aumentan moito máis que os que non reciben aportes de auga externos. A consecuencia inmediata máis clara sería, dende logo, a mellora nas posibilidades de alimentación para o gando, pero tampouco se poden ignorar as implicacións deste cambio no ámbito da paisaxe agraria, pois esta expansión contribuiría á súa configuración tal e como permaneceu ata o século XX.

Palavras-chave: Galicia, Catastro de Garay, Terras de regadío/sequeiro, Paisaxe.

R94.

¿Las instituciones de riego como agentes de limitación del cambio agrícola? La huerta de Valencia en la primera mitad del siglo XX.

Francesco D'Amaro, ICS/UL, francesco.damaro@ics.ulisboa.pt

Resumo

Las comunidades de regantes del llamado sur-este español se han considerado un modelo ejemplar de gestión colectiva de las aguas. El diseño de las normas, un cierto nivel de participación de los usuarios en la toma de decisión y la capacidad de gestionar los conflictos autónomamente son los elementos que, según muchos investigadores, justificarían la posibilidad de mantener durante siglos una administración eficaz.

Por lo general, todas las instituciones de riego tenían derecho a juzgar y sancionar sus miembros. El control “jurídico” sobre el uso de las aguas comunitarias implicaba también un control sobre la preparación de la tierra y sobre los cultivos. Sin embargo, esta competencia podría considerarse como una limitación del cambio. Por ejemplo, la introducción de un nuevo cultivo, con necesidades hídricas diferentes, podía ser perjudicial a nivel comunitario y podía ser percibido por los otros como un abuso.

El control de la producción, aunque indirecto, se puede considerar una constante de las relaciones comunitarias. Sin embargo, con la llegada del franquismo, este control se hizo más evidente. Los primeros años cuarenta – caracterizados por una sequía supuestamente “pertinaz”, una profunda crisis económica y un régimen dictatorial y represivo – representaron un desafío a la vez que una oportunidad para los representantes las instituciones de la huerta de Valencia. Por un lado, éstos decidieron publicar un “Edicto” que fijara las dotaciones hídricas, aplicara duras sanciones y regulara las prioridades de cultivos según las exigencias alimenticias nacionales. Por otro, aprovecharon la coyuntura económica y política para fortalecer el gobierno de la comunidad y centralizar el poder.

A través de la documentación producida por la misma entidad, con esa comunicación se reflexionará sobre cómo la situación política y económica supralocal puedan afectar las relaciones dentro de una comunidad de agricultores e influir en las producciones agrícola.

Palavras-chave:

Regadío; Comunidades de regantes; Valencia; cultivo; arroz

R88.

A orizicultura portuguesa: dinâmicas regionais (1850-2018)

*Carlos Manuel Faísca, Município de Ponte de Sor & Universidad de Extremadura,
Carlos.Faisca@cm-pontedesor.pt*

Resumo

Historicamente a produção de cereais em Portugal obedeceu a uma divisão regional que, por sua vez, encontrava-se bastante relacionada com as condições edafoclimáticas existentes. Foi assim, para citar dois exemplos, com a produção de milho concentrada essencialmente nas regiões do nordeste chuvoso e fértil, e com a produção de trigo distribuída pelas vastas planícies de sequeiro do sul mais seco e quente. Contudo, a ação do Homem sobre o meio ambiente, em que se incluem as obras de hidráulica agrícola, alicerçada por um contexto económico favorável, levou, nas últimas décadas, a alterações radicais na estrutura agrícola regional.

No caso da orizicultura, as particularidades da produção de arroz, onde a abundância de água é um fator essencial, levaram a que a sua dispersão no território nacional fosse ainda mais marcada do que nos restantes cereais, circunscrevendo-se inicialmente os campos de arroz às planícies aluviais de alguns dos maiores rios portugueses – Mondego, Sado, Vouga e Tejo. Por outro lado, a associação, até meados do século XX, da cultura do arroz com a disseminação do sezonismo colocou uma limitação adicional na geografia orizícola portuguesa. Nesta comunicação, a partir dos dados de produção recolhidos nas estatísticas oficiais produzidas pelo Estado português, pretende-se analisar a evolução regional da produção de arroz desde meados do século XIX até à atualidade, identificando ainda os fatores que a influenciaram tais como a fertilidade do solo, a disponibilidade da água, a estrutura fundiária, a saúde pública, as especializações produtivas e o impacto das políticas económicas seguidas para o setor.

Sabendo que nos últimos anos existiu uma significativa produção historiográfica sobre o setor agrícola português, mas com o foco na agricultura portuguesa como um todo, não se detalhando as diferentes dinâmicas regionais presentes no território, a comunicação proposta contribuirá para o conhecimento da história regional da agricultura portuguesa, a que se seguirão os restantes principais produtos agrícolas nacionais, e, desta forma, suprir-se-á uma lacuna na historiografia agrária portuguesa.

Palavras-chave:

Orizicultura, Agricultura Regional, Época contemporânea.

R98.

(Re)organizar as aldeias e a vida rural. O acção da Junta de Colonização Interna (1958-1974)

Pedro Namorado Borges, CIDEHUS/UÉvora, pedronamoradoborges@gmail.com
Dulce Freire, ICS/ULisboa, dulce.freire@ics.ul.pt

Resumo

Esta comunicação centra-se na análise do programa *Aldeias Melhoradas*, promovido pela Junta de Colonização Interna, entre 1958 e 1974. Numa época em que o êxodo se intensificava, o Estado promove algumas medidas para solucionar as deploráveis condições de vida existentes nas povoações rurais. Neste contexto, este programa visou a reabilitação ou construção de milhares de casas e infra-estruturas públicas, em mais de uma centena de aldeias dispersas pelo país. Na procura do *habitat* mais adequado ao *homem rural*, os agentes enquadrados pela JCI (funcionários públicos, arquitectos, engenheiros, empreiteiros, etc.) deveriam agir perante as circunstâncias específicas dos problemas encontrados, devendo ter em conta as características arquitectónicas regionais e locais. Procurou-se conjugar ideias e soluções de arquitectura erudita e popular, adequando-as aos materiais e às técnicas de construção local, através de processos de auto-construção tecnicamente assistidos. A intervenção nas *aldeias melhoradas*, conjugando culturas e competências da arquitectura *erudita* (central) e *popular* (local), contribuiu para uma (re)organização da imagem e dos espaços das aldeias, que continua a marcar os territórios rurais.

Palavras-chave:

políticas públicas; arquitectura; habitação rural; paisagem

R90.

Dinâmicas territoriais no pré e pós Perímetro de Rega do Mira

Teresa Saraiva, UL e ECOSATIVA, teresa.saraiva@ecosativa.pt

Resumo

Nesta apresentação será feita uma dissertação sobre a evolução dos sistemas agrícolas no território hoje abrangido pelo Perímetro de Rega do Mira, focando as políticas agrícolas desde finais do século XIX, as suas diferentes fases e os impactes sociais e ambientais decorrentes das mesmas.

Particularmente, será feita uma análise à evolução do território em termos de ocupação do solo, no qual predominaram, numa primeira fase, as culturas de sequeiro, ocupando uma parte relevante da charneca, e a sua progressiva substituição por regadio, decorrente de opções políticas que remontam ao Estado Novo, entre as quais se inclui o estabelecimento do Perímetro de Rega. Paralelamente a esta evolução, também as dinâmicas sociais se foram alterando em conformidade, culminando, hoje em dia, numa situação de evidente tensão.

Numa lógica de sustentabilidade, também a vertente ambiental será focada, atendendo nomeadamente à classificação da área do PRM, inicialmente como Área de Paisagem Protegida e posteriormente, como Parque Natural, sendo a compatibilização das políticas agrícolas do território com os valores naturais e biodiversidade uma das preocupações centrais deste território.